



# Anais da Assembleia

N.º 74

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 64/83

Curitiba, 07 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a tomar medidas no sentido de fazer reverter ao patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, à rua Presidente Carlos Cavalcanti, esquina rua João Manoel e que foi transferido à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, conforme transcrição n.º 56.788, às fls. 88, do Livro 3-V, do Cartório da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. Em razão de tal reversão, o anexo plano de lei contém dispositivo expresso no sentido de autorizar adoção das providências que se fizerem necessárias à adequação do capital da mencionada Empresa.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é dotada de alto significado, consultando aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que constitui mais um importante passo com vistas a redirecionar as atividades da PARANATUR, conferindo-lhes, também, caráter cultural e

educativo, sem prejuízos de seus atuais propósitos.

Cumprido ressaltar que o Governo do Estado, movido por essa preocupação, houve por bem, através do Decreto n.º 356, de 07 de abril próximo passado, vincular a Empresa Paranaense de Turismo à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Em face a tais circunstâncias e para ensejar condições de pleno cumprimento a essa nova proposta de ação, a PARANATUR vai necessitar, a curto prazo, de instalações mais adequadas, podendo, portanto, prescindir de sua atual sede que, revertida ao patrimônio do Estado, terá melhor utilização.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reversão ao patrimônio do Estado, do imóvel situado à rua Presidente Carlos Cavalcanti n.º 1.157, esquina da rua João Manoel, nesta Capital, que, conforme transcrição n.º de ordem 56.788, da página 88, do Livro 3-V, de transcrição das transmissões do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, foi transferido à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR.

Parágrafo único — Em conseqüência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá tomar medidas no sentido de compatibilizar o capital da PARANATUR, mediante dotações orçamentárias ou transferência de outro imóvel de igual valor.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 66/83

Curitiba, 10 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1983.

MUNICÍPIO

Data da celebração

Alto Paraná	09/05/83
Ampére	09/05/83
Apucarana	09/05/83
Mandaguacu	06/05/83
Mariluz	09/05/83
Quinta do Sol	09/05/83
Prudentópolis	06/05/83
São Pedro do Paraná	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico os Srs. Deputados EZEQUIAS LOSSO e ODENI MONGRUEL, para comporem a Comissão Especial desta Assembléia a fim de manter contato com a Reitoria da Universidade Católica do Paraná, para discutir a questão do pagamento uno e antecipado da semestralidade nas anuidades daquela Instituição Superior de Ensino.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LAURA HIRT FERREIRA, ocorrido ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A extinta era avó do Deputado Eduardo Baggio e tia do Deputado Federal Borges da Silveira e do Deputado Estadual Paulo Furiatti.

Faleceu com a idade de 80 anos, deixando consternado um grande círculo de amizades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento, na data de ontem, nesta Capital, da Senhora Eneida Mussi Ribas.

Dona Eneida, cujo falecimento hoje lamentamos, foi figura de destaque na organização da ala feminina do PMDB, onde, antes e após as eleições do ano passado, deu muito de seu idealismo e coração para a campanha vitoriosa do Governador José Richa. Nesta ocasião, mesmo acometida de insidiosa doença que a levaria ao desenlace final, juntamente com suas companheiras, lutou para que o sonho pemedebista se tornasse uma radiosa realidade.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente à família enlutada na pessoa de seu irmão, Luís Felipe Haj Mussi.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor MARCÍLIO DALTON, ocorrido no dia 23 próximo passado, na cidade de Ubiratã - Paraná.

Solicita outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

MARCÍLIO DALTON, foi um dos pioneiros do Município

de Ubiratã, residindo muitos anos, homem probo que deixa uma lacuna muito grande nos meios sociais, homem que muito contribuiu para o desenvolvimento do município, onde se fez admirado e querido por sua luta e coragem.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplo para os que ficam e para gerações de amanhã.

#### REQUERIMENTO

"As Comissões de Inquérito nasceram com os Paramentos, precisaram-se com o fortalecimento deles, e chegaram ao máximo de força onde a democracia conseguiu impor como instrumento eficiente do bem Público" (Pontes de Miranda - Coment. Const. 67, e emenda n.º 01 de 1969, III, 51).

Senhor Presidente.

NILSO ROMEU SGUAREZI, Líder do PMDB e do Governo, juntamente com todos os demais Deputados da Bancada Pemedebista, fulcrados na ressalva constitucional e na forma do n.º VII, do § 4.º, do Art. 134 do Regimento Interno, REQUEREM a normal constituição da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, que investigará as denúncias de corrupção administrativa, já apresentada à consideração da Mesa da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: Trajano Bastos, Márcio Almeida, Sérgio Spada, Atagão Mattos Leão, Adhail Sprenger Passos, Tadeu Lúcio Machado, Aníbal Khury, Roberto Requião, Edmar Luiz Costa, Dirceu Manfrinato, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Sabino Campos, Rubens Bueno, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Fiori Luiz, Antônio Anibelli, Irondi Pugliesi, Homero Oguido, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Tadeu França, Djalma de Almeida César, Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, falando em nome da Liderança do PMDB, da tribuna da Assembléia, o nobre Vice-Líder Deputado Rubens Bueno, avisou à Casa que a Bancada estava preparando a propositura da CPI DA CORRUPÇÃO. A natural e necessária cobertura que a imprensa passou a dar ao assunto, deixou a opinião pública informada de que seria, na última quarta-feira (dias das reuniões ordinárias da Bancada do PMDB), assinado o requerimento do pedido da referida CPI.

Trabalhava a Bancada do PMDB em cima do pressuposto de que estaria vigorando o "acordo de cavalheiros" firmado entre as duas Lideranças, no início da Legislatura, pelo qual caberia ao PDS, a iniciativa de dois pedidos e três ao PMDB para completar-se o número regimentalmente previsto.

Todavia, a propositura de três pedidos de CPI, por parte do PDS sem qualquer satisfação à Maioria, REGISTROU O ROMPIMENTO DO ACORDO FIRMADO E MANTIDO POR MERA LIBERALIDADE DA MAIORIA DESTA CASA, que a partir do presente instante considera-se desobrigada e fará prevalecer o seu legítimo direito de maioria. Pretende, portanto, a Liderança do PMDB conferir em Plenário a sua decisão de utilizar-se do DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL art. 16, VI que permite a maioria por sua decisão E SÓ POR SUA DECISÃO extrapolar do número máximo de cinco CPI, em funcionamento concomitante, e o fazem baseados nos seguintes argumentos legais e fáticos, a saber:

"AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO VISAM À INFORMAÇÃO AO ESCLARECIMENTO, À ELUCIDAÇÃO, À SINDICÂNCIA, À FISCALIZAÇÃO, AO EXAME DE ATOS, À AVERIGUAÇÃO DE FATOS, À RECOLHA DE ELEMENTOS, À INVESTIGAÇÃO MINUCIOSA DE DADOS, À PESQUISA PORMENORIZADA DE

CIRCUNSTÂNCIAS, À INQUIRIRÃO DE TESTEMUNHAS E ACUSADOS, À REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS, AO ESTUDO DE DOCUMENTOS, À INSTRUÇÃO DO ACASO EM DEBATE SOB TODOS OS ASPECTOS, À OBSERVAÇÃO DE FATOS PARA O CONHECIMENTO DA VERDADE E À APURAÇÃO FINAL DAS RESPONSABILIDADES. SEU FIM É, POIS, INDAGAR, INQUIRIR, SINDICAR AS ATIVIDADES DAS AUTORIDADES PÚBLICAS, O EMPREGO DO DINHEIRO PÚBLICO, PARA O EXATO CUMPRIMENTO DA LEI" (Ivair Nogueira Itagiba - Aperfeiçoamento do Estado Democrático, in Rev. Forense).

Os subscritores da CPI, bem como todos os integrantes do Partido vencedor das eleições paranaenses do último 15 de novembro, fizeram uma campanha eleitoral levando o Programa Partidário do PMDB, integralmente apoiado pelo POVO PARANAENSE, em cujo item 10, consta:

"O PMDB moverá implacável combate contra a corrupção. Denunciará ao povo cada caso que lhe chegar ao conhecimento. Apucarana, sempre, a responsabilidade das autoridades envolvidas, utilizando-se dos instrumentos existentes e apoiando, no particular, as iniciativas da comunidade em resguardo do erário e do interesse público".

A luta contra a corrupção é, cremos, objetivo de todos os homens bem intencionados, que existem em todos os partidos e que faz do Poder Legislativo, através das suas Comissões Parlamentares de Inquérito, o instrumento eficaz e eficiente da proteção do interesse público.

Ademais, não poderiam os homens do Paraná, que chegaram ao seu GOVERNO ESTADUAL, sonegar a verdade dos fatos e a real situação em que a coisa pública foi encontrada, isto porque,

"Perante a Nação não há segredos que possam ser encobertos por qualquer determinação que seja. Não há interesse de quem quer que seja que possa sobrepor-se ao permanente interesse da Nação. O Poder Legislativo está agindo na sua esfera específica, legítima; e com alto senso de conveniência política, digo pública, que se traduz na publicação desse inquérito. Isto é, a Câmara dos Deputados está dando o exemplo de correção perante o país, perante o povo. O povo tem direito à verdade, ao povo não se fala com evasivas, nem com mentiras. Ao povo diz-se a verdade, que é o conteúdo da conveniência pública." (Voto do Min. Ribeiro da Costa).

Pois, para que a verdade flua, é imperioso, neste momento a tramitação normal desta CPI. A minoria, se quiser como já se manifestaram alguns de seus integrantes, favoravelmente, que se incorpore a decisão da maioria peemedebista, que por si só, ratifique-se, tem legitimidade para a proposição funcionamento e conclusão deste inquérito parlamentar.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Os Deputados, ao final assinados, integrantes da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nesta Casa de Leis, vem à presença de Vossa Excelência, requerer na forma do artigo 19, da Constituição Estadual e artigo 34 de seu Regimento Interno, a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para A INVESTIGAÇÃO E APURAÇÃO DE FATOS DE CORRUPÇÃO, INCOMPETÊNCIA E OUTROS QUE TENHAM PREJUDICADO O BOM ANDAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COMPROMETIDO A ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DA RENDA NA CONCRETIZAÇÃO SOCIAL DO BEM COMUM E, DE QUAL-

QUER FORMA, TENHAM TAMBÉM DESVIADO DE SEU LEGÍTIMO DESEMPENHO AS ATIVIDADES DAS AUTORIDADES PÚBLICAS, TANTO NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA COMO NAQUELES DE GESTÃO INDIRETA DO ESTADO DO PARANÁ (AUTARQUIAS, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA E OUTRAS ENTIDADES PARAESTATAIS), VISANDO, AO FINAL, A OBTENÇÃO DE SUBSÍDIOS SUFICIENTES PARA UMA MELHOR INSTRUMENTALIZAÇÃO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA, DO PODER PÚBLICO PARANAENSE, MEDIANTE PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA PORVENTURA NECESSÁRIO PARA A CORREÇÃO DOS DESVIOS CONSTATADOS E RETOMADA SEGURA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA GENTE PARANAENSE.

Dentre esses fatos, desde já indica os seguintes:

I — Desvio de materiais escolares (cadernos, lápis, canetas, papéis etc.), esportivos (bolas, uniformes etc) e materiais de expediente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através de sua Divisão de Suprimento, com entrega dos mesmos a pessoas não identificadas corretamente e não relacionadas às Inspetorias Regionais de Ensino ou quaisquer unidades escolares cujo destino fora mencionado em notas de fornecimento irregularmente expedidas. Isso também tendo ocorrido, com maior frequência, em época pré-eleitoral, inclusive com entrega de materiais desviados a pessoas ligadas aos comitês de campanha eleitoral de ex-funcionários da entidade.

II — a) Prestação de serviços mecanizados (e outros) por parte da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, em propriedades rurais de pessoas ligadas ao seu quadro administrativo e também de políticos ocupantes de altos cargos públicos da vida paranaense, com evidente tráfico de influências e, por isso mesmo, a custos baixíssimos, sem a incidência de juros e correção monetária nas operações contratuais, inclusive ainda com débitos pendentes cujos saldos parcelados, constantes de notas promissórias emitidas, estão completamente desatualizados e trazendo evidentes prejuízos à entidade, em contrapartida ao enriquecimento ilícito de uns tantos beneficiados pelo privilégio obtido do contato direto com o poder.

b) Aquisições indevidas de medicamentos e fertilizantes com prazo de validade esgotado e que, em razão disso, deverão ser queimados, acarretando prejuízo aproximado de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) à entidade em referência (CAFE DO PARANÁ).

c) Apropriação indébita de valores pertencentes à CAFE DO PARANÁ.

III — a) Compras de materiais de laboratórios, medicamentos e materiais hospitalares pelo IPE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, efetuadas de empresas especializadas, mediante autorização de sua superintendência e conseqüentes empenhos de numerários para pagamento das notas fiscais expedidas, sem que contudo tenha havido entrega desses materiais às Coordenadorias do Instituto no Interior do Estado, para as quais deveriam ter sido os mesmos destinados, como também não tendo sido registrada sequer a entrada dos objetos dos contratos de compra e venda mencionados nos órgãos próprios da entidade referentes ao seu controle patrimonial.

b) Apropriações indébitas de numerários relativos a operações de empréstimos simples a pensionistas do IPE por funcionário ou funcionários do Instituto, nos anos de 1981 e 1982, possibilitadas pela descontinuidade e ausência de recolhimentos de verbas destinadas às amortizações dos empréstimos, durante os espaços de tempo em que se aguardava a implantação dos descontos nos cartões referentes às pensões e eram eles efetivados através do controle de um funcionário, sem qualquer supervisão superior.

IV — a) Desvio de verbas federais obtidas da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e destinadas ao convênio PRODOPAR/ARANATUR para obras de lazer nos Municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu e em outros municípios paranaenses, cuja destinação há que ser devidamente apurada, eis que, somente no que se refere aos municípios mencionados, tais desvios chegaram ao montante superior a Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros).

b) Gastos de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) pagos a uma empresa publicitária do Rio de Janeiro para a promoção de escola de samba do Rio, participante dos desfiles de carnaval na ex-Capital da República.

c) Despesas de viagens de funcionário da ARANATUR ao Japão e a Nairobi/Quênia, para uma estadia de aproximadamente 30 dias sem atividades que justificassem o excessivo dispêndio de dinheiro público em tais casos.

V — Gasto adicional de Cr\$ 78.900,00 (setenta e oito mil e novecentos cruzeiros) ao montante de Cr\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) pela substituição de algumas páginas da edição abril/junho-1981 da Revista "Referência em Planejamento", conforme autorização da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, em razão de uma fotografia do titular daquela pasta que não lhe saíra do agrado nos três mil exemplares editados.

VI — a) Pagamentos de despesas (diárias e refeições em hotéis) pela PROMOPAR - Fundação de Promoção Social do Paraná, a estabelecimentos hoteleiros de Foz do Iguaçu e Guaíra, e também em outras localidades onde funcionam o CETAS - Centro de Triagem e Assistência Social, e CETREMI - Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, daquela entidade, em épocas em que as empresas hoteleiras não mais exerciam atividades econômicas e em épocas em que, exercendo normalmente essas atividades, constatou-se evidente diferença entre as despesas pagas através de empenhos referentes às notas fiscais expedidas falsamente e aos registros de saídas efetivadas nos livros próprios — o que se evidenciou por serem as notas fiscais de valores bem superiores e também por não comportarem os hotéis que as expediram o número de pessoas em muito excedente à sua real capacidade de pernóites e serviços de refeições de seus restaurantes... o que evidenciou terem sido tais notas fiscais falsificadas e ter havido desvio de grande parte do numerário dispendido para tais pagamentos indevidos.

b) Pagamentos indevidos de fotografias pela PROMOPAR para pessoas que não mais exerciam sua atividade econômica de fotógrafos, ou quando o faziam, há disparidade das vias de notas fiscais emitidas e referentes ao trabalho executado.

c) Contratação da construção da obra intitulada "Hospedaria do Migrante" e da "Casa do Paraplégico", nas quais há sérias irregularidades em detrimento do dinheiro público.

d) Contratação irregular de serviços de vigilância em detrimento do erário público.

e) Contrato de fornecimento de óculos além do limite previsto para a licitação, com excesso de aproximadamente Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para o favorecimento de políticos e familiares de funcionários da PROMOPAR.

f) Falta de controle dos seguros efetuados por empresas ou entidades da administração direta e indireta do Estado, tornando irrisória a soma de recursos provenientes para a entidade (PROMOPAR) dessa fonte de recursos.

g) Veículo Chevrolet, marca Caravan colocado à disposição de funcionários em Londrina (Placa AW-6022-1981), com despesas irregulares para a PROMOPAR.

VII — a) Verbas liberadas pela SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES a Prefeituras Municipais e Clubes esportivos para a construção de canchas polivalentes e reformas de estádios municipais (construção de muros, colocação de portões

e obras gerais em suas dependências), sem que tivessem sido tais obras realizadas ou construídas as canchas a que se destinavam os numerários autorizados. Nesses casos, há que se levar em conta a existência de documentos falsificados com as assinaturas de Prefeitos e diretores-presidentes de clubes esportivos visando a formalização de tais movimentos de dinheiro.

b) Desvio de recursos da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES aplicados no Banco del Paraná, no Paraguai — o que provocou admissão de seu então-diretor geral.

c) Desaparecimento de parte do acervo da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES, estando vários quadros entre os bens desaparecidos e um piano de cauda.

d) Reparos executados em piano particular pagos com recursos da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES.

e) Irregularidades na Biblioteca Pública do Paraná pelo Projeto de Editoração de Obras Artísticas e Literárias executado através da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES.

f) Salões programados sem a necessária pesquisa e muito próximos um do outro, demandando gastos excessivos com cartazes, convites, prêmios etc..

g) Retenção de instrumentos musicais do patrimônio da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES por terceiros, condicionando-se a entrega à falta de pagamento atrasados de músicos.

h) Desaparecimento de um sistema vídeo-cassete doado pela Sony; também desaparecidos uma Câmera Super-8 "Canon" 5.518 e um projetor mudo Super-8, bens do patrimônio da SECRETARIA DA CULTURA E ESPORTES, além de mimeógrafos, enceradeiras, fotocopiadora, máquina de calcular e outros objetos a serem identificados.

i) Lotação de 60 (sessenta) pessoas no gabinete do Secretário, quando há espaço físico e mesas para tão somente 15 (quinze) pessoas.

j) Irregularidades com funcionários da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES.

VIII — Aquisições irregulares de veículos auto-motores pela COHAPAR - Companhia Habitacional do Paraná, BANESTADO - Banco do Estado do Paraná S.A. e CAFE DO PARANÁ - Companhia de Fomento Econômico do Paraná, contrariando normas de direito referentes à matéria.

IX — a) Precárias condições financeiras do BANCO DEL PARANÁ (10 agências no Paraguai) pertencente ao conglomerado BANESTADO S.A. - Banco do Estado do Paraná S.A., cujos descontos e créditos em liquidação somados são de montante superior ao próprio capital do Banco. Tudo isso em decorrência de operações efetuadas sem um mínimo de garantia e de difícil liquidação, as quais poderão ser apuradas com respeito às normas de SIGILO BANCÁRIO previstas pelo artigo 38, § 2.º, 3.º e 4.º da Lei 4.595, de 31.12.1964 (aplicável por analogia às CPIs das Assembléias Legislativas), através de requisições por ofícios reservados e inquirições de pessoas em sessões secretas da Comissão constituída.

b) Empréstimos efetuados pelo BANESTADO a pessoas físicas e jurídicas a juros baixíssimos, sem um mínimo indispensável de garantia para a operação, em decorrência de cadastros aprovados a toque de caixa e mesmo falta de respaldo patrimonial demonstrada, visando dotar tais clientes privilegiados de condições para gastos em campanhas eleitorais de pessoas ligadas a órgãos de decisão governamental. Para tanto ainda o BANESTADO, através de várias de suas agências, muitas delas abertas para fins político-eleitorais, fazia a esses clientes com privilégios estornos de juros em suas contas-correntes, liberações e retenções de cheques sem suficiente provisão de fundos e outras tantas operações fora de sua linha de procedimento normal, com evidentes prejuízos ao patrimônio público, já que essa entidade financeira trata-se de companhia de economia mista tendo o Estado do Paraná como seu acionista majoritário.

c) Ainda é de ser verificada a questão de lançamentos de

créditos em conta de liquidação por decisões da Diretoria do BANESTADO, sem que ao menos fosse tentada a sua cobrança judicial (se é que tenha havido tentativa de cobrança amigável) — caracterizando-se assim, nesses casos, um verdadeiro perdão de dívidas a pessoas determinadas — o que afronta os mais comezinhos princípios de administração de empresas, pois se não ficar evidenciada uma total falta de honestidade na gerência dos negócios bancários de interesse estatal, evidenciar-se-ia fatalmente uma incontestável incompetência administrativa a ser sanada para o futuro com medidas normativas urgentes.

d) Outras operações financeiras realizadas sem obediência às normas costumeiras e legais, que acarretaram sérios prejuízos ao BANESTADO.

X — a) Empréstimos efetivados por bancos de investimento com fianças prestadas pelo BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., a empresas sediadas em São Paulo e no Paraná mesmo (uma delas com a tomada de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e meio de cruzeiros) valor atual e outras operações financeiras sem garantias patrimoniais condizentes com os volumes dos empréstimos, sendo que, em alguns casos, a entidade em questão apenas mencionou ou fez mencionar nos contratos os serviços que seriam prestados pelas empresas beneficiárias como garantidores dos negócios realizados, tendo em alguns deles aceitado máquinas avaliadas por preços muito superiores aos seus reais valores. Em vários desses casos, as próprias fichas cadastrais das empresas-clientes do BADEP já por si só demonstravam não terem elas situações econômico-financeiras capazes de suportar os encargos assumidos, inclusive porque, para a obtenção de empréstimos, haviam pago, nas vésperas das operações, títulos de créditos apontados em Cartórios de Protestos — o que veio a confirmar-se, nos casos de uma delas, com a verificação de seu estado falimentar alguns meses depois de beneficiadas pelo Banco, havendo até um caso, segundo notícias colhidas, em que a empresa tomadora já havia requerido a sua concordata antes mesmo de negociar com o BADEP. Todos os casos teriam dado à entidade financeira prejuízos incalculáveis.

b) Depósitos de dinheiro em contas-correntes de bancos particulares, sem movimentação durante meses e, portanto, sem juros ou correção monetária sobre eles incidentes, com o objetivo evidente de beneficiar os estabelecimentos creditícios, enquanto que esses beneficiavam funcionários do BADEP com empréstimos a juros baixos e outras benesses não encontradas normalmente nas operações financeiras. Tais operações prejudicaram sensivelmente a entidade em questão.

c) Liberação de recursos do PROPAV - Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda, através do BADEP e sob a coordenação da extinta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios do Paraná, sem a devida fiscalização das obras realizadas — o que acarretou sérios prejuízos, mesmo porque foram inauguradas estradas com asfalto (pavimentação de alto custo) que, depois de um breve período de utilização, já estavam com as pistas asfálticas completamente deterioradas. Tais fatos foram detectados pela COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba.

XI — a) Vultosas compras de material permanente efetuadas com recursos federais que financiavam 6 (seis) projetos do plano de ação do DESU - Departamento de Ensino Supletivo, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, (Projetos de Promoção à Educação de Adultos e à Cultura Popular, Promoção Qualitativa da Equipe Técnica do DESU, Redimensionamento do Ensino Supletivo, Estudos e Experimentos, Andragogia, Sistema de Aprendizagem - Ensino Supletivo), num montante de Cr\$ 40.811.492,53 (quarenta milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta e três centavos). Tais compras foram datadas do último dia de vigência dos projetos referidos, incluindo-se entre os equipamentos adquiridos condicionadores de ar

instalados em prédios alugados pelo Estado e um computador de valor superior a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

b) Situação da Escola Profissional "República Argentina", localizada à Av. João Gualberto, 766 — entre outras em idêntica posição — face ao seu funcionamento em prédio locado pelo Estado pelo preço de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) anuais, com 18 funcionários para 32 alunos, e mais as outras despesas de manutenção — o que leva o custo-aluno à importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mensais.

c) Gasto de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), para mais, referentes à elaboração de um documento de 52 (cinquenta e duas) páginas (foram envolvidos seis técnicos e três datilógrafos), ou seja, "Proposta de Centro Coordenador de Utilização de Tecnologias Educacionais", resultante de um convênio entre a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e a Universidade Federal do Paraná, sob proposta do DESU - Departamento de Ensino Supletivo.

d) Assinaturas de excessivos "convênios de amparo técnico" com instituições particulares de ensino, sem nenhum controle sobre a execução e cumprimento dos mesmos.

e) Excessivo número de locações de imóveis em todo o Estado para uso de instituições de ensino, inspetorias etc. chegando tais dispêndios a um montante aproximado de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) mensais.

f) Irregularidades no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) referentes ao convênio firmado pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO com o FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar.

XII — a) Utilização de veículos, funcionários, serviços e materiais da SECRETARIA DA AGRICULTURA na última campanha eleitoral, em Curitiba e no interior do Estado.

b) Instalação de terminal telefônico da SECRETARIA DA AGRICULTURA em comitê eleitoral de candidatos a Deputado Estadual e Federal na cidade de Paranaíba, cuja conta foi paga por esse órgão público e atingiu um montante aproximado de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

XIII — Gastos excessivos de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) em vários órgãos da administração pública direta e indireta, à época da última campanha eleitoral, constatados por levantamento efetuado pelo DETO - Departamento de Transporte Oficial, bem como utilização de veículos do patrimônio público, irregularmente, também no mesmo período.

XIV — a) Utilização de diárias no período de 09/82 e 11/82, de duvidoso caráter administrativo, na SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL, como por exemplo 31 (trinta e uma) diárias a motoristas colocados a serviço da Diretoria Administrativa daquele órgão.

b) Despesas com telefone, num montante de Cr\$ 363.677,00 (trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros), efetuadas através de ligações interurbanas dos distritos sanitários para o terminal de nº 223-4407, durante o período de 15 de julho a 15 de dezembro de 1982, cujo aparelho telefônico esteve, nesse período, instalado em comitê eleitoral na cidade de Curitiba.

c) Utilização de veículos, material, funcionários e serviços da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL na última campanha eleitoral em benefício de siglas partidárias definidas.

XV — a) Processos de licitações para a realização de obras e prestação de serviços para a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, na região metropolitana de Curitiba e em todo o interior do Estado.

b) Aquisição, em fins de 1982, de aproximadamente 82 (oitenta e dois) veículos, em momento de dificuldade financeira (fato nunca antes ocorrido na empresa), com sérios indí-

cios de sua utilização na última campanha eleitoral em benefício de determinados candidatos e siglas partidárias.

c) Saldos médios consideravelmente altos em contas-correntes bancárias, por períodos superiores a 3 (três) meses, com sérios indícios de triangulação comercial e comprovados prejuízos para a empresa (SANEPAR).

d) Locação de veículos, especialmente pela Superintendência Metropolitana, com sérios indícios de sua utilização, no interior do Estado, durante a última campanha eleitoral, em benefício de siglas partidárias determinadas.

e) Utilização de funcionários, materiais e serviços da SANEPAR na última campanha eleitoral em benefício de candidatos e siglas partidárias determinadas.

f) Viagens irregularmente autorizadas a funcionários da SANEPAR para o exterior, contrariando normas da empresa e com liberação de diárias em dólares, numa seqüência sem o devido controle financeiro.

XVI — Irregularidades nas publicações de atos pelo DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

XVII — a) Irregularidades constatadas no PORTO DE PARANAGUÁ, com a prisão de funcionários por atos ilícitos, sobre o que existe Inquérito Administrativo em curso.

b) Ainda irregularidades na ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ, com as glosas da PORTOBRÁS, sobre o que existe Relatório encaminhado à Procuradoria Geral da Justiça e à Casa Civil, para a apuração dos fatos irregulares na contratação de serviços técnicos de auditoria. Entre tais irregularidades há despesas excessivas com divulgação, veiculadas pelos meios de comunicação social, sem a observância de normas de controle pelo Conselho de Comunicação Social (Decreto n.º 561/79); despesas de passagens aéreas com comprovação de faturas sem estarem a elas anexados os respectivos bilhetes; pagamentos irregulares de horas de trabalho de funcionários; despesas pagas de diárias hospitalares, consultas e internações de funcionários e seus dependentes, inclusive para a aquisição de aparelhos corretivos de uso pessoal; e, de uma forma geral, despesas empenhadas em rubricas indevidas; também aquisição de uma obra bibliográfica cujos exemplares não deram entrada no órgão competente para o controle do patrimônio do Porto.

XVIII — Irregularidades administrativas detectadas na Divisão de Avaliação de Imóveis no DER - Departamento de Estradas de Rodagens: 24 (vinte e quatro) registros finais a Engenharia e Cadastro Geral de Propriedades para desapropriações desaparecidos; desapropriações amigáveis, pagas com preferência sobre outras mais antigas, coincidentemente em benefício de determinadas pessoas. Há inclusive sindicância no órgão mencionado para apuração desses fatos e outros lesivos do patrimônio público e resultantes de tráfico de influências.

XIX — a) Uso indevido de serviços de motoristas da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, em benefício de seus diretores.

b) Propaganda feita pela já agora extinta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, com evidente finalidade eleitoral, paga pela EMOPAR, incluindo Jornais, Revistas, Impresos e Placas, camisetas etc.. Alguns exemplos: só uma fatura, referente à milésima obra da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios (que afinal o telhado desabou) foi por ela paga a importância de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros); pagamento da importância de Cr\$ 28.606.000,00 (vinte e oito milhões e seiscentos e seis mil cruzeiros) inclusive a Revista "Manchete" com publicidade da SEDM em 1982, com promoção pessoal de funcionário do órgão.

c) Utilização de veículos, móveis e utensílios da EMOPAR em comitês eleitorais da última campanha política; pagamento de aluguel de terminal telefônico para comitê eleitoral e para motorista de alto funcionário da extinta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

d) Utilização dos escritórios regionais da EMOPAR na

campanha eleitoral do último 15 de novembro, em benefício de candidatos e siglas definidas. Toda a estrutura desses escritórios foi utilizada (veículos, escritórios/sede, telefones) nesse sentido.

e) Despesas de reforma do veículo Caravan, Placa AZ-9631, equipado com geladeira, ar-condicionado, pagas pela EMOPAR, face ao capotamento desse veículo em viagem de campanha eleitoral, quando transportava candidato a cargo eletivo nas últimas eleições de 15 de novembro.

f) Existência de funcionários qualificados da EMOPAR a serviço de comitês eleitorais na campanha política de 15 de novembro último.

g) Fiscalização de convênios entre a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios e as Prefeituras Municipais pela EMOPAR, sem qualquer remuneração por esses serviços prestados pelo órgão.

h) Excesso de pessoal contratado pela EMOPAR admitido por influência política.

i) O respaldo financeiro prestado pela EMOPAR à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios (gastos com pessoal, viagens, táxi-aéreo, telefone, telex, material de expediente, material de consumo, combustível, gastos com terceiros, publicações e outros) importou em Cr\$ 165.477.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil cruzeiros), no ano de 1982.

j) Diretores da EMOPAR recebiam dessa empresa cota de ressarcimento por utilização de veículo próprio ao mesmo tempo em que utilizavam veículos dela mesma para seu transporte pessoal.

XX — a) Gastos excessivos de combustíveis, nos meses de setembro a novembro de 1982 pelos vários departamentos da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA do Estado, em razão de abastecimento de veículos utilizados em campanha político-eleitoral em favor de determinados candidatos e facções partidárias.

b) Habilitações no setor de vigilância, segurança e transporte de valores para uma só empresa.

XXI — Irregularidades constatadas na SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente no Setor de licitações, tesouraria, aquisição de veículos, convênios com prestadores de serviços de limpeza pública e vigilância, no Centro de Psicultura de Toledo (liberação de verbas e outros) nos Serviços de Controle de Poluição, e com referência a desvios de ferramentas em sua oficina desativada.

XXII — a) Apropriação indébita de bens produzidos pelo TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná.

b) Seguros de acidentes pessoais de 5 (cinco) ex-diretores do TECPAR, no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) cada, quando a entidade não tinha segurado o seu patrimônio, estimado em Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

c) Despesas desnecessárias agravando a má situação financeira do órgão: publicação nas listas telefônicas, com destaque excessivo, no valor de Cr\$ 66.080,00 (seisenta e seis mil e oitenta cruzeiros) por mês; utilização de telefones de serviços para ligações interurbanas particulares para execução de viagens e serviços a favor da TECPAR, totalmente desnecessárias e onerosas, considerando-se que o Instituto possui frota própria e adequada para tais viagens; pagamentos de viagem e estadia para elementos não pertencentes ao quadro funcional, despesas inexplicáveis, tendo em vista que o serviço poderia ter sido executado perfeitamente por funcionários do órgão; pagamento de remuneração funcional a pessoa em gozo de bolsa de estudos no exterior, sem haver autorização da diretoria para tal; pagamento de prestação de serviços por antecipação, quando as condições para o pagamento a prazo eram mais favoráveis face ao crescimento inflacionário superior às parcelas, exigindo com isso um esvaziamento inconveniente de



de caixa do Instituto; compra de material (produto para o fabrico de anestésico dentário) sendo que tal produto não consta do estoque existente no instituto e a aquisição foi feita quase pelo dobro do valor.

d) Contratos irregulares de prestação de serviços para conservação de equipamentos realizados com empresas de outros Estados, no valor aproximado de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros).

XXIII — a) Construção da Penitenciária Regional Norte-Londrina no Distrito de Tamarana sem condições para seu funcionamento como tal e mesmo em face das condições do terreno em que foi assentada — o que importou em dispêndio desnecessário de dinheiro público, além de nessa obra da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA haver outras irregularidades desde a aquisição do terreno até a compra de material para a construção em local inapropriado para uma Colônia Penal Agrícola.

b) Instalação de Sauna na Prisão Provisória de Curitiba, depois doada ao Corpo de Bombeiros (adquirida da empresa Climaterm em 1979).

XXIV — Irregularidades nas licitações e nos pagamentos do ITC - Instituto de Terras e Cartografia; alienações irregulares de imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado; distribuição de mudas com fins eleitorais na última campanha de 15 de novembro.

XXV — a) Aquisições irregulares de imóveis pela COHAPAR - Companhia Habitacional do Paraná, no período de 1982 início de 1982, por preços não condizentes ao real valor das propriedades adquiridas (vários laudos de avaliações desaparecidos).

b) Irregularidades nos convênios firmados entre a COHAPAR e o BADEP e com Prefeituras do Interior do Paraná.

c) Irregularidades em contrato de financiamento de crédito com o BADEP, para repasse dos recursos obtidos pela COHAPAR para a extinta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

XXVI — Irregularidades na aplicação de verbas repassadas pela SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, em razão de convênio, à Prefeitura Municipal de Tapejara, no montante de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros) já liberados e destinados à construção de pavimentação asfáltica de acesso à área industrial daquela municipalidade. Não houve prestação de contas e nem foi a obra sequer iniciada nos seus serviços de infra-estrutura.

XVII — Expedição irregular de documentos pelo DETRAN - Departamento de Trânsito.

XVIII — a) Utilização de recursos e serviços da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica — durante a última campanha eleitoral, beneficiando candidatos e partidos políticos determinados.

b) Irregularidades na aquisição de bens e serviços.

XXIX — Outros fatos que se apresentem no curso dos trabalhos e estejam no âmbito de sua competência para a elaboração final do Projeto de Resolução e outras medidas tendentes ao aperfeiçoamento da atividade administrativa do Estado do Paraná.

A Comissão deverá compor-se de 13 (treze) membros efetivos e igual número de suplentes, devendo seus trabalhos desenvolverem-se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com as normas legais e dispositivos regimentais atinentes à matéria.

#### JUSTIFICATIVA:

A administração pública paranaense vem, em prejuízo de seu bom desenvolvimento sofrendo conseqüências gravíssimas de vários fatores de ordem geral, porém é preocupante que, dentre eles, se destaquem problemas advindos da má condução da coisa pública pelas autoridades que têm ocupado e exercido, nos últimos anos, cargos e funções públicas, ora agindo contra o interesse social (até mesmo despidoradamente), ora omitindo-se

também sem o mínimo de probidade) nas providências tendentes a coibir os abusos praticados por funcionários e particulares contra os bens-interesses estatais. Diante dessa situação, necessário se busquem medidas que, se não solucionem de imediato os problemas existentes, ao menos sirvam desde logo para amenizar os males deles advindos, com a possibilidade de uma RECOMPOSIÇÃO futura da ação com os resultados do processo administrativo, sempre obedecido o ordenamento jurídico para a real implantação de um estado de Direito na administração pública do Estado do Paraná.

(aa) Acir Peres Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Amélia A. Hruschka, Arlei T. Ferrari Júnior, Artágão de Mattos Leão, Dirceu S. Manfrinato, Djalma de Almeida Cesar, Eduardo Ferreira Baggio, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Hermas Eurides Brandão, Homero Morinobu Oguido, Irondi Montovani Pugliese, José Antônio Fonseca, José Tadeu Lúcio Machado, Tadeu Lúcio França, Luiz Carlos C. Quintana, Mário Pereira, Nelson Fiori Luiz, Márcio José de Almeida, Nelson G. Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilso Romeu Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Cesar Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Brasil N. de Campos, Sérgio Spada e Trajano Bastos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações à RADIO CLUBE PARANAENSE - PRB-2, pelo transcurso do seu 59.º aniversário de fundação.

Ressalte-se, que a Rádio Clube Paranaense, foi a primeira emissora de rádio do Paraná, e a segunda do Brasil, sendo a pioneira, por muitos anos, no sistema de rádio difusão de nosso Estado.

Com suas emissoras de ondas médias e curtas, a nossa PRB-2, atinge todos os recantos do País, levando informações e entretenimento, não só aos moradores de nosso Estado, mas também a todos os brasileiros, servindo como autêntica embaixadora do Paraná ao Brasil.

Nestes 59 anos de existência, muitas glórias somaram-se ao acervo de realizações desta emissora, que anteriormente ao advento da televisão, lotava seus auditórios com a efetivação de promoções artísticas do mais alto nível.

Assim, nada mais justo que, aos 59 anos de atividades ininterruptas, seja esta organização objeto da nossa homenagem, que pretendemos estender não unicamente à sua atual direção, mas a todas as pessoas responsáveis pelo sucesso crescente desta Emissora, desde o seu inesquecível idealizador e fundador EPAMINONDAS SANTOS.

Outrossim, requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à organização homenageada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de regozijo à Excelentíssima Secretária da Educação, Professora Gilda Poli da Rocha Loures, pelo êxito alcançado com a eleição dos novos diretores dos estabelecimentos oficiais de ensino através de listas tríplices. Uma aula de democracia, visando basicamente a melhoria da qualidade do ensino no Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Verificamos que o índice de participação de alunos,

professores e pais de alunos, na eleição das listas tríplices para designação dos diretores de estabelecimentos oficiais de ensino, foi superior a sessenta e cinco por cento, ultrapassando as melhores expectativas da Secretaria Educação, que giravam em torno de quarenta por cento, tendo em vista que a participação dos pais de alunos na vida escolar, através das associações de pais e mestres é de apenas dez por cento.

As eleições transcorreram em clima de absoluta normalidade em todo Estado, verificando-se intensa participação da comunidade, com torcidas organizadas, confecção de urnas e material de propaganda, apesar do boicote dos Deputados do PDS, que tudo fizeram para desacreditar a iniciativa que decorreu do cumprimento de um dos compromissos da campanha eleitoral do Governador JOSÉ RICHÁ PMDB.

A iniciativa foi plenamente vitoriosa, registrando-se a participação de sessenta e cinco dos um milhão e duzentos mil votantes, embora a campanha publicitária tenha sido modesta. Uma prova eloqüente que a comunidade interessada compreendeu os elevados objetivos da Secretaria da Educação e da equipe liderada pela professora Gilda Poli da Rocha Loures, participando das eleições dos novos diretores de estabelecimentos escolares com entusiasmo e vibração.

Passadas as eleições, constatamos que o critério que mais pesa para a designação dos diretores é o critério do mais votado.

E nem poderia ser diferente, pois aí temos um exemplo concreto da democracia participativa que se instalou no governo com a posse do Governador José Richá.

Antes da eleição, foram realizadas 321 assembléias em todo Estado, atingindo diretamente 82 mil e 500 pessoas interessadas em viver, discutir e procurar soluções para os graves problemas do ensino no Paraná, elegendo diretores com mandato até 31 de dezembro de 1984.

Estes serão diretores que exercerão os seus cargos legitimados pela consulta à comunidade interessada e que tem consciência das responsabilidades que assumiram, ao contrário do que vinha ocorrendo até então, quando os chefes políticos nomeavam seus cabos eleitorais para o exercício de cargos que até por uma questão de bom senso, sempre deveriam ter sido confiados a educadores.

É por estas razões que esta iniciativa teve grande repercussão nacional. A Secretária Gilda Poli da Rocha Loures, atendeu um convite da Comissão de Educação do Senado, para falar sobre esta experiência durante três horas. E as Secretarias de Educação dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, em busca de subsídios, considerando que a idéia é válida e precisa ser estendida a outros Estados.

E é por estas razões que a imprensa nacional noticiou com destaque a eleição dos diretores das escolas do Paraná, reconhecendo o esforço que vem sendo realizado no Paraná, pela democratização e a melhoria da qualidade do ensino.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, solicitam à Mesa o envio de expediente à PRB-2, Rádio Clube Paranaense, felicitando o seu diretor gerl, Dr. Ubiratan Lustosa, e todos os funcionários, por motivo do transcurso do quinquagésimo nono aniversário de fundação daquela prestigiosa emissora paranaense.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Transcorria o ano de 1924 quando um grupo de empresários paranaenses se reuniu em Curitiba para constituir a PRB-2, emissora pioneira do Paraná e uma das primeiras do País.

Na época as comunicações eram difíceis, os recursos escassos e havia pouquíssimas estradas. O rádio se transformou

num importante fator de integração nacional, instruindo, divertindo e informando. Acompanhando de perto todos os acontecimentos sociais, econômicos e políticos e ajudando a criar uma consciência nacional em torno dos grandes problemas do Estado, do país e do mundo.

A Rádio Clube Paranaense incorporou-se à história do Paraná e do Brasil. Pelos seus microfones passaram alguns dos maiores nomes da radiofonia nacional, destacando-se Aluizio Finzetto, Jacinto Cunha, Eolo César de Oliveira, Empaminondas Santos, tido até hoje como o consolidador da emissora, Carlos Baptista, Mário Vendramel, Sérgio Fraga, Arthur de Souza, Lóris de Souza, Souza Moreno, Mauro de Alencar, Antero da Silveira, Janguito do Rosário, Zé Pequeno e tantos outros.

A semente plantada no distante ano de 1924 pelos empresários paranaenses Francisco Fontana, João Alfredo Silva, Olavo Bório, Lívio Gomes Moreira, Oscar de Plácido e Silva, Pedro Labatüt Deffet, e Oscar Peixoto, germinou em solo fértil. E a nossa querida PRB-2 continua a sua gloriosa jornada, levando sempre uma mensagem de fé e de esperança nos destinos deste País, pugnando pelas legítimas reivindicações de todos os paranaenses.

Daí o nosso júbilo em registrar o transcurso dos seus 59 anos de fecunda e feliz existência. A Rádio Clube Paranaense sempre foi um motivo de orgulho para todos os paranaenses.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

1 — A CAFE DO PARANÁ está construindo ou pretende construir na cidade de Ponta Grossa uma unidade para produção e armazenamento de sementes de soja?

2 — Qual o montante que pretende essa empresa aplicar na obra supra referida?

3 — Quais os estudos que determinaram a necessidade da realização de tal unidade de produção e armazenadora?

4 — Quantas e quais foram as licitações feitas pela COPASA a partir do dia 16 de março de 1983 até o dia 27 do corrente mês?

5 — Quais as empresas que participaram de tais licitações e quais foram as consideradas vencedoras, especificando-se os valores de cada uma?

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de viabilizar estudos para instalação na Comarca de Campo Mourão, do Conselho de Conciliação e Arbitramento, Juizado de Pequenas Causas.

Dentro do espírito do Tribunal de Justiça do Paraná de interiorizar a justiça, cremos que a Comarca de Campo Mourão, seja merecedora da instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento, pois tal medida viria desafogar os magistrados daquela comarca, com excessivo número de processos, muitos dos quais poderiam ser solucionados com a instalação desse órgão.

Ademais, Campo Mourão é uma cidade polo na Microrregião 12, compreendendo 19 municípios circunvizinhos que teriam tal benefício.

Esperamos que este nosso pedido seja viabilizado, pois o mesmo será um prêmio a toda comunidade Mourãoense, que



terá uma justiça acessível e rápida, a solucionar as pequenas demandas.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura no Paraná, no sentido de que seja reaberto o Posto de Venda da FENAME, na cidade de Campo Mourão.

De iniciativa da Senhora Cidália Guimarães Araújo, tal medida visa atender os alunos daquele município, principalmente os de menor poder aquisitivo.

Com o aumento do material escolar, torna-se demasiadamente oneroso a aquisição de material por parte das famílias, em livrarias comerciais. Como a Fundação Nacional do Material Escolar foi criada com a finalidade de vender materiais escolares a preços acessíveis, cremos que tal medida viria beneficiar inúmeras pessoas.

Cumpra esclarecer que o Posto da FENAME já esteve instalado em Campo Mourão, sendo fechado, posteriormente, fato este que veio a onerar os estudantes daquela cidade, com a aquisição de materiais escolares, a preços além de suas possibilidades.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação aos Senhores Ministros da área econômica, no sentido de viabilizar estudos para elaboração de projeto concedendo isenção de IPI às Prefeituras Municipais, nas aquisições de máquinas pesadas.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O municipalismo brasileiro vive momentos de angústia. A maioria das Prefeituras sente as agruras deixadas por seus antecessores, com a maioria do parque motorizado em condições precárias e sem condições de uso.

Levando-se em consideração que o IPI é um ônus que pesa quando da aquisição de máquinas pesadas, achamos que a concessão da isenção do IPI, viria facilitar os municípios na aquisição dessas máquinas.

Ademais tal medida viria fortalecer a indústria de máquinas pesadas que, com o benefício às Prefeituras da isenção do IPI, teria condições de produzir mais unidades, propiciando mais empregos e gerando riquezas.

Pelo exposto e ratificando pedido no mesmo sentido feito pelo ilustre Vereador Hilário Schroeder, da cidade de Mamborê, cremos na sensibilidade dos Senhores Ministros da área econômica, no sentido de atendimento ao nosso solicitado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que a Escola Nossa Senhora de Fátima da cidade de Mamborê, seja mantida pelo Poder Público Estadual.

De iniciativa do Prefeito de Mamborê, Sr. Ivo Bruneta, tal pedido se justifica tendo-se em conta que a referida escola

proporciona ensino de primeiro grau, de primeira a quarta séries, gratuitamente em prédio próprio.

No entanto, a referida escola necessita urgentemente de ser reparada, com a construção de novas salas de aulas, tendo em vista que o atual prédio é de madeira e não oferece mais condições para continuar em funcionamento por muito tempo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio do expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que inclua no Plano de Obras Rodoviárias as estradas abaixo:

1 — Estrada PR-517 (entre Andirá-Itambaracá) a Leopoldino (divisa do Estado de São Paulo);

2 — ligação ao distrito de Congonhas, no Município de Cornélio Procopio a BR-369;

3 — Estrada Itambaracá-Porto Almeida;

4 — Estrada Itambaracá-Porto Galvão;

5 — Estrada ligando o Distrito Nossa Senhora da Candelária a BR-369, no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) HERMAS BRANDAO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta Casa, o Norte paranaense é uma região que tem proporcionado grandes benefícios ao Paraná, no que concerne a sua grande produção agrícola, bem como na arrecadação tributária do Estado.

Por este motivo, e atendendo a pedidos da população, é que através do presente requerimento, estamos solicitando o envio do expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, para que, aquela Secretaria proporcione estes grandes melhoramentos aos moradores da região Norte paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências necessárias no sentido de que seja urgentemente asfaltadas a estrada que liga os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida, recentemente desmembrado de Capitão Leônidas Marques, está completamente isolado de qualquer estrada que lhe possibilite o livre tráfego em suas necessidades.

Capitão Leônidas Marques, por sua importância regional, continua sendo o polo de abastecimento daquele novel e próspero município.

Ante o constante intercâmbio dessas duas cidades no suprimento de suas necessidades básicas, bem como no escoamento da produção, urge que o requerido asfaltamento seja iniciado no menor espaço de tempo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a

transcrição nos Anais da Casa, do Editorial do jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Não Somos Muro de Lamentações", publicado no dia 23.06.83.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do presente requerimento, acha-se total e plenamente incluída no bojo do próprio editorial.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Desde sexta-feira última até o dia de ontem, o palco do Teatro Universitário de Curitiba foi ocupado para apresentações do conjunto Brilho do Sol, de Curitiba, no musical "Porta de Saída". Na última sessão deste trabalho, tive a oportunidade de estar entre as pessoas que superlotaram a platéia daquela casa de espetáculos e confesso ter saído realmente impressionado pela excelente qualidade da invulgar produção.

Observei que a "Porta de Saída", representada pelo azul celeste como expressão de fé cristã, foi a proposta do conjunto como solução para os problemas do ser humano, notadamente os de ordem espiritual. As outras quatro portas a saber, do di-nheiro, dos vícios, da depressão e do suicídio, também representadas no pano de fundo, mas abominadas pelos apresentadores, foram lembradas como as que têm sido usadas por muitos, entretanto sem proporcionar qualquer perspectiva de vida melhor, quer no presente, quer no porvir.

Como Presidente da Comissão de Cultura e Esportes desta Assembléia Legislativa, não poderia deixar de registrar este auspicioso acontecimento e aplaudir pela magnífica atuação os notáveis artistas universitários: Vânia Maria Alves Cordeiro, Marli Correia Camilo, Bartira Santos Trancoso, Adelson Damasceno Santos Júnior e João Camargo Júnior. Faço votos que o conjunto Brilho do Sol continue a irradiar fé e esperança à juventude e ao povo de nossa terra, através dos inspiradores cânticos e oportunas mensagens.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna hoje para requerer, a esta Assembléia, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eneida Mussi Ribas, ocorrido ontem, dia 26 de junho de 1983. Um voto de pesar que encaminho à mesa e um voto de protesto que lavro desta tribuna.

Na coluna "Austeridade" do jornal "O Estado do Paraná" de domingo, lemos a seguinte notícia: "Uma austeridade que pouca gente deve saber. O Delegado Geral e Chefe da Polícia Civil, Rubens de Quadros Ribas, é cunhado do Secretário de Segurança Pública. É casado com a irmã do Secretário Luiz Felipe Mussi, Senhora Eneida Mussi Ribas e ela é Assessora Técnica 2-C do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos. Eneida foi nomeada pelo Decreto n.º 670, baixado pelo Governador Richa, com referendo do Chefe da Casa Civil, é Delegado de Segunda Classe?" Pergunta a coluna "Austeridade".

É hora de dar um basta ao jornalismo irresponsável. Eneida Mussi Ribas é viúva de José Lustosa Ribas, falecido em 1981. O Delegado Rubens de Quadros Ribas não possui qualquer parentesco com a família do Secretário Mussi. Eneida faleceu domingo, às 13:00 horas. Faleceu sem ler a retratação do jornal "O

Estado do Paraná", faleceu sem conhecer o nome do biltre que se esconde sob o pseudônimo "R.N.T.", que continua vivo. À Eneida, irmã de nosso Secretário de Segurança, nossas homenagens póstumas. Ao biltre, o nosso desejo de uma vida longa; longa o suficiente, para que se arrependa da canalhice, para que purgue a sua irresponsabilidade; para que se recupere e participe com responsabilidade do processo democrático que queremos viver neste País e do qual não se exclui a imprensa. Assuma o jornal "O Estado do Paraná", a responsabilidade. Tome uma medida para pôr fim a um comportamento irresponsável, traduzido pela prática do jornalismo escondido atrás de sigla; prática que esta Assembléia e o povo do Estado do Paraná, não podem mais tolerar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Senhores Deputados. É hora de dar um basta ao jornalismo trêfego; e eu espero que este acontecimento seja o marco que porá termo a este comportamento, que, repito, não podemos mais tolerar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná viveu há dias, uma experiência inédita, com a efetuação das eleições para diretores de escolas: primeiro e segundo graus.

Foi uma experiência válida, foi um avanço rumo à conquista de uma plena democracia neste País, que vive ainda hoje, sob o tacão das botas militares.

Passada a euforia, aguardamos as nomeações; a lista triplíce gerou uma série de comentários, de críticas, porque para muitos, ela não estabelecia uma linha democrática. Nós estivemos no interior, mais precisamente em Londrina no final de semana, e pudemos ali conversar com muitos pais, com muitos alunos, que participaram deste processo, das escolas daquele município e de municípios vizinhos.

E a conclusão é uma só: a posição do PMDB, é uma só: o mais votado, deve ser nomeado. Não agindo assim, o PMDB corre o risco de cair no descrédito popular. Como desestimular uma criança, de 15, 16, 17 anos? Que votou pela primeira vez, na sua professora, que por extensão foi a mais votada daquele estabelecimento de ensino? Como não nomeá-la? Cometeríamos um crime imperdoável. Quero somar a minha posição a de outros companheiros, Deputados e Prefeitos e correligionários do PMDB; todos querem que prevaleça o resultado das urnas.

Nós nos juntamos a esse coro, sabemos que a Secretária Gilda Poli também pensa assim, isso realmente é muito bom.

Não podemos frustrar a expectativa dos pequenos eleitores que amanhã participarão de processos políticos normais e quem sabe até votarão para Presidente da República.

Então queremos registrar a nossa posição desta tribuna, de que se prevaleça o resultado das urnas, que as professoras mais votadas sejam nomeadas.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje 171 dias que o jornalista Juvêncio Mazarollo está preso no Ahú, condenado com base na esdrúxula Lei de Segurança Nacional.

Passados alguns dias após as eleições nos colégios, para os diretores de escolas de primeiro e segundo grau, estamos hoje detectando os números que acusaram a votação, números, realmente, até mesmo surpreendentes e que vêm superar inclusive a própria expectativa da Secretaria da Educação, sessenta e cin-

co por cento Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos eleitores que tinham direito a votar, para eleger a lista tríplice, compareceram, uma grande mobilização popular, dos 1.200.000 eleitores credenciados para eleger os diretores de escolas, 800.000 foram às urnas, este é um dado, realmente, significativo e deu para se sentir através dessa eleição, que o povo continua acreditar no PMDB, que o povo continua acreditar nas propostas do nosso Governador José Richa.

Pais, alunos, serventes, guardiães, serventes, professores, todos empolgados, entusiasmados, organizados, participaram desse evento e na nossa região, como de resto foi em todo Estado do Paraná, torcidas organizadas, cartazes, cabos eleitorais, e entre esses cabos eleitorais, obviamente, eram alunos e professores, trabalhando em cima de determinados nomes, fez com que essa eleição, esse evento, marcasse época na nossa história. Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um marco na história do Estado do Paraná, uma eleição democrática aberta, sem incidentes e que o povo como falei no início, confiando nas propostas do PMDB, deixou de lado o boicote que era feito pelo próprio Partido de Oposição do Estado do Paraná, o PDS alardeava, através de imprensa de jornal, aqui mesmo nesta Casa, que era uma farsa, mas o povo usando do bom senso, do discernimento, não foi atrás desses boatos e acreditou sim nas propostas do PMDB e participou dessas eleições.

A repercussão foi tanta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ponto de a Secretária da Educação do Estado do Paraná, ser convocada pela Comissão de Educação do Senado Federal, para lá depor e contar das experiências e transmitir o "know how" adquirido através dessas eleições.

Diversas Secretárias de diversos Estados do Brasil, entraram em contato com a Secretaria de Educação, para obter informação e dizer que estavam interessadas em implantar esse mesmo sistema em seus Estados, isso é uma prova de que essa eleição foi um sucesso, quer queira, quer não queira a Oposição no Estado do Paraná.

A imprensa nacional deu cobertura total a este fato e nós como Deputados que tivemos aqui nesta Casa a presença da Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Educação, não podíamos deixar passar em branco este evento e hoje este Deputado que ocupa a tribuna, requeir a esta Casa que seja consignado em ata um voto de regozijo e louvor à Senhora Secretária de Educação do Paraná, pelo brilhante comportamento e liderança com que fez que este evento marcasse e obtivesse todos estes êxitos que eu mencionei há poucos instantes.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, requeiro, nesta oportunidade, um voto de louvor e de regozijo à Senhora Secretária e toda à sua equipe de trabalho que participaram e organizaram esta eleição, pois que foi realmente um sucesso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados. (Lê):

"Por designação do Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, e em companhia de outros Deputados, estivemos participando, durante dois dias, da terceira Reunião Extraordinária da União Parlamentar Interestadual realizada nas dependências da Assembléia Legislativa daquele Estado. O encontro reuniu mais de 150 parlamentares que ali estavam a representar 23 Estados brasileiros.

Entre os temas abordados pelos conferencistas citou-se: a crise econômica, falência dos municípios e a participação do Legislativo nas decisões que são tomadas neste País.

É bom ressaltar que esta reunião foi realizada a nosso re-

querimento, da Bancada do PMDB do Paraná, durante encontro realizado anteriormente em Brasília.

Ocupamos hoje esta tribuna para, além de prestar contas, mais uma vez aos companheiros desta Casa, também mostrar a posição que procuramos deixar marcada no referido evento.

O Paraná teve a oportunidade de se fazer representar já na abertura do encontro. Em sequência à conferência proferida pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves, pudemos alinhar nosso ponto de vista sobre o momento político e econômico que vivemos.

Criticamos a falta de prioridade existente por parte do Governo Federal, no tocante a ações no plano econômico, notadamente em investimentos. Deixamos claro que é preciso que, antes de se adotar qualquer posição, se consulte à classe política e à população, de modo geral. Não se pode mais continuar a privilegiar somente uma minoria ligada aos banqueiros e aos grupos internacionais.

A abertura não deve existir apenas no âmbito político, mas também no econômico.

De nada adianta fazer críticas à política financeira se elas não são aceitas.

Também procuramos mostrar que um número expressivo de projetos faraônicos executados pelo Governo, foi concedido no exterior, onde se realizaram os estudos preliminares, a exemplo de Carajás.

Dissemos em abril e reafirmamos, naquela oportunidade, que apenas os 33 projetos de maior porte do Governo Federal vão exigir um dispêndio de 299 bilhões de dólares no próximos dez anos. Isso, sem se computar os juros.

Assim, um país que se julgasse em condições de programar investimentos a este nível, nunca poderia coexistir com uma realidade hoje representada por 40 milhões de brasileiros em condições de absoluta miséria.

Deixamos claro — Senhor Presidente, Senhores Deputados — que a política de prioridades do Governo Federal, tem uma série de conseqüências funestas para a Nação, que vão desde a perda no poder de decisão sobre extensas áreas do território nacional e sobre sua economia, até o aumento das dificuldades para impulsionar um plano alternativo de desenvolvimento econômico e social, em benefício de nossa sociedade.

Não se pode conceber, frisamos bem, que os projetos que atenderiam a necessidades básicas, internas, sejam sistematicamente atrasados, ao mesmo tempo em que a produção de alimentos é relegada à uma posição secundária.

Como resultado desta bem organizada conspiração contra a economia nacional, vemos que a dívida externa crescente, representa a perda de decisão do Governo Federal sobre os grandes projetos, e a conseqüente transferência maciça de rendas geradas pela sociedade brasileira, para os banqueiros internacionais.

Também tecemos críticas ao chamado Plano 2.000, que concentra as ações do Governo em áreas fundamentais, como as fontes de energia, o petróleo, a energia elétrica, o carvão e a energia nuclear. Ao jargão oficial de que o Governo está sendo previdente, replicamos que mais importante que a geração de quilowatts, seria o atendimento às necessidades da população, como moradia, educação, saneamento, emprego, transportes e salários condignos.

Lembramos ainda, no encontro do Rio, que de 1955, quando o Brasil abriu as portas para o capital estrangeiro, a 1983, com João Figueiredo, a dívida externa brasileira cresceu a mais de três mil e quinhentos por cento, levando grande parcela da população à miséria absoluta.

No final de nosso pronunciamento, procuramos mostrar que o Governo já pediu a moratória, apesar dos desmentidos oficiais. Também tivemos a oportunidade de tecer críticas ao acordo feito com o FMI, apresentando dados que inquietam a todos os brasileiros.

Segundo a revista americana "Executive Intelligence Review", que tem circulação restrita ao mundo financeiro, em função do acordo, nossa economia vai mergulhar numa depressão ainda mais profunda. Isso porque, segundo a publicação, as condições que o FMI impôs ao Brasil incluem a destruição da força de trabalho do País, um corte de vinte por cento nos orçamentos das estatais, um corte de dez bilhões de dólares nos empréstimos governamentais às empresas privadas, uma nova desvalorização da moeda em vinte e três por cento, e o leilão de empresas estatais e privadas em dificuldades a grupos estrangeiros.

Como resposta ao nosso pronunciamento na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, tivemos a concordância por parte do Vice-Presidente Aureliano Chaves de que, efetivamente, o Brasil precisa determinar as prioridades dos investimentos em consonância com as aspirações populares.

Somente esta afirmação já fez valer, acreditamos, a participação efetiva do Poder Legislativo do Paraná nos debates promovidos pela UPI.

Ao final do primeiro período de debates, ainda, o Sr. Aureliano Chaves recebeu de nossas mãos o documento "Economia Alternativa", com uma análise aprofundada sobre a situação econômica nacional e nos prometeu responder, por carta, a todas as críticas ali alinhadas, bem como às sugestões.

Foi esta — Senhor Presidente e Senhores Deputados — a participação desta Casa, na reunião da União Parlamentar Interestadual. Tenham os nobres companheiros a certeza de que a nossa voz foi ouvida lá fora. Com isso, o parlamentar paranaense foi valorizado e ocupou espaço, inclusive, nas páginas de jornais de circulação nacional, como é o caso da "Tribuna de Imprensa", de 23.06.83 e de outros que temos em nossas mãos.

Essa é a marca de um novo tempo: uma época em que o político não é somente aquele mero repassador de verbas de assistência social e de bolsas de estudos, mas que faz valer o seu posicionamento a respeito da situação de seu Estado e de seu País."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado José Antônio Fonseca por vinte minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"1... Aperfeiçoar as Instituições do Estado, é um dever do PODER DE GOVERNO. Por este prisma, o assunto que trago à apreciação desta Casa seria vazio de objeto, porque, o que é um dever de um Governo que já está modelado na história do respectivo povo, nela se inscreve, pelo próprio contexto de trabalho que realiza, as aspirações populares na luta daqueles que, por atividade ou ideal, perseguem esses aperfeiçoamentos.

Todavia, quando a realização de um Governo retroage no espaço corrigindo inoperâncias do passado, no fortalecimento da honorabilidade do PODER DE GOVERNO, dando credibilidade à FORÇA POLÍTICA que o ampara, a análise, em causa própria, encontra a sua legitimidade na necessidade de dizer-se que a inoperância do passado prejudicou desnecessariamente toda uma Instituição; os efetivos que a compõem, e de conseqüência, o próprio desenvolvimento do Estado, cujos reflexos negativos são sempre suportados pelo povo.

2... Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho-me por venturoso em fazer parte de um Governo neste Estado, que desde os seus primeiros dias de trabalho, vem cumprindo com os encargos da sua época, e restaurando o prestígio do PODER

DE GOVERNO, na realização de tarefas desatendidas pelos governos passados. E uma marcante realização do Governo JOSÉ RICHÁ, é a PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, que altera a redação do número 3 do parágrafo único do artigo 26 e artigos 57 e 58 da Carta Estadual, entendendo a relevância do Ministério Público no contexto institucional, como órgão de segurança e de justiça, responsável, ao lado das instituições policiais, pela TRANQUILIDADE PÚBLICA, e como tal, constituindo-se entre os suportes principais do desenvolvimento, em PEÇA FUNDAMENTAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO, cuja, já tramita aprovação nesta Casa, tendo encontrado eco na ilustre bancada pedessista que, acolhendo a proposta de Emenda Constitucional, merece ser redimida do seu descuido passado, já que a Lei Complementar número 40, de 14 de dezembro de 1981, que cumpriu determinação contida no artigo 96 da Constituição Federal, fixando o prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua publicação, para os Estados adaptarem aos preceitos da Lei, ensejou estudo por parte da Procuradoria Geral da Justiça ao Governo de então, propondo encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo, e nada foi feito. E, como isso era tarefa do Poder Executivo, isento de culpa passada a ilustre bancada pedessista, para conclamá-la à aprovação unânime da Emenda Constitucional vinda a esta Casa, porque ela não se constitui bandeira de nenhum partido político, mas já se encontrava reclamada pela Lei Complementar número 40, de 14 de dezembro de 1981.

3... Aliás, sendo o Estado do Paraná um modelo de desenvolvimento em toda a América Latina, não seria admissível que o seu povo viesse a ter dentro desta Assembléia Legislativa um entrave a esse desenvolvimento, que é obra e propriedade de cada paranaense, em cada posição que ocupa, no complexo existencial que o substancia. E se o atual Governo encontrou o Estado saqueado, isso prova que o desenvolvimento do Estado do Paraná foi vegetativo, e como tal, é fruto do trabalho de cada um dos Srs. Deputados que estão aqui dentro, no mesmo nível de desempenho de cada paranaense que está lá fora. E é desse arrojo comum que nos vem a PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, objeto deste pronunciamento, porque busca o Governo José Richá, cumprindo a visão doutrinária do Partido pelo qual se elegeu, alicerçar o PODER DE GOVERNO na vontade soberana do povo paranaense, quer ouvindo o cidadão em particular, quer acolhendo os efeitos do próprio poder, na busca do aperfeiçoamento constante das Instituições do Estado.

4... Não seria justo, pois, que distonando da quase totalidade das unidades federativas que já adequaram o Ministério Público às contingências do nosso tempo, na forma interpelada pela Lei, continuasse o Estado do Paraná procrastinando o bem estar e as justas aspirações do Ministério Público paranaense. Eis que, a pessoa vocacionada para a função pública não é e não pode ser um "servo de gleba", só porque atendendo aos impulsos louváveis de sua vocação, deixa uma profissão liberal de muito mais regalias e compensações, para colocar-se à serviço da História, na promoção do bem estar, do desenvolvimento e da paz social, como fazem os Promotores de Justiça, que abdicam da advocacia para servirem ao Estado. E essa vocação é digna de RESPEITO, ADMIRAÇÃO e, principalmente, ESTÍMULO, por parte do PODER DE GOVERNO.

5... E não ser estas considerações meritórias, entendo, ressalvadas as limitações de modesto legislador, mas sem falso pudor, exaltado o amor que sempre tivemos à Ciência Jurídica, que a Emenda Constitucional, em causa, já esgotou todos os cuidados técnicos e todos os zelos culturais, quando veio embasada em emendas constitucionais sobre a mesma matéria, de quase todos os Estados, já que somente os Estados do Piauí e Maranhão ficarão restando, depois do Estado do Paraná.

6... Permitam-me, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enfatizar em termos de agradecimento ao Governador José Richa, que, com essa proposta de Emenda Constitucional, veio dar mais uma prova aos que teimam em não acreditar que o povo nunca erra na escolha dos seus governantes, quando tem assegurado o direito de fazê-lo, pois, levado ao PODER DE GOVERNO pela vontade soberana do povo, tem com este um compromisso, que só pode se efetivar no exercício pleno de todas as aspirações populares, através das Instituições do Estado, que tenham condição de congregar efetivos humanos realmente à altura das necessidades públicas, e de oferecerem ao Governo, a harmonia dimensional que distribui os estímulos de desenvolvimento, sem enfraquecer nenhum dos interesses da História. Temos a tarefa de restaurar a República, suplantando o processo dito "revolucionário" que a estraçalhou, mas, aí está o Governo de Oposição dando provas insofismáveis que a nossa filosofia de restauração é pela via da CONSTRUÇÃO, da CREDIBILIDADE DO PODER DE GOVERNO e da HONRA NA FUNÇÃO. E, se as vezes se busca esclarecer o passado pelo qual cruzamos como "vencidos" é com o propósito único de bem assegurarmos o futuro, no entendimento demonstrado pela História, que é mantendo vivo o exemplo dos que erraram, que se aperfeiçoa a atividade de Governo. Por conseguinte, longe de pretender que isto se constitua em melindre à bancada pedessista, como parlamentar vindo das lides forenses onde a presença do Promotor de Justiça é uma constante e por isso, posso avaliar com o grau de sensibilidade próprio de minhas origens profissionais, o valor que terá para o Ministério Público paranaense, e por extensão para todo o povo do Paraná, a emenda constitucional em causa, peço vênias à Casa, para desta tribuna, como advogado feito legislador, estender os meus cumprimentos ao Governador José Richa e consignar o meu sincero muito obrigado a todos os que, de uma ou de outra forma, deixarão a sua contribuição de engrandecimento e de respeito ao Ministério Público paranaense, na emenda constitucional em causa.. Terminando por afirmar, que no Governo atual, muito nos honra a presença do Dr. Josaphat Porto Lona Cleto, na Procuradoria Geral da Justiça, e mais dez Promotores na administração direta".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaríamos de registrar nesta Casa, o nosso mais profundo pesar pelo falecimento na tarde de ontem, da Senhora Laura Hirt Ferreira, avó do Deputado Eduardo Baggio e tia dos Deputados, Federal, Luiz Carlos Borges da Silveira, e Estadual, Paulo César Furiatti.

(Lê): "O déficit da alimentação no Brasil é chocante. Produzimos apenas 1,7 por cento dos cereais do mundo, e a nossa população constitui 2,7 por cento da população mundial. Somos mais de 120 milhões de brasileiros, mas apenas 32 milhões têm acesso a proteínas, ou seja, alimentam-se adequadamente. Os demais, são subnutridos mesmo. Mas, enquanto isso, temos Itaipu, Tucuruí, e até telefones DDI para os índios. Ah, temos também pacotes e embrulhos. E o último pacote econômico trata, desafortunadamente, também do crédito agrícola.

Com o pretexto de cortar o déficit público, que o desgoverno criou, uma das primeiras medidas é a retirada do subsídio à agricultura, justamente a atividade mais penalizada e explorada deste País, onde a miséria e a fortuna caminham lado a lado, sabe Deus até quanto, ou até quando o povo vai tolerar.

É preciso reconhecer que os subsídios, prática também usada por outros países, inclusive os desenvolvidos, são pagos por toda a Nação e somente se justificam dentro de determi-

nadas circunstâncias, tais como promover melhor distribuição de renda, criar empregos, fixar o homem no campo e viabilizar determinados projetos, comprovadamente de interesse nacional.

A política econômica do Governo Federal, em particular a agrícola, deve preocupar e mesmo unir todos nós, paranaenses. Afinal, somos nós que produzimos 22,7 milhões das 56 milhões de toneladas de grãos do Brasil, isto é, 39 por cento do total nacional.

O crédito rural sempre foi deficiente em nosso País. O Banco Central admite que ele contempla apenas 25 por cento dos produtores; técnicos sustentam que em verdade apenas 16 por cento dos realmente produtores, têm acesso ao crédito subsidiado.

O que se nota, é que todo o sistema de crédito agrícola está voltado ao grande produtor. E é o pequeno produtor, com propriedades de até 100 hectares, que produz a maior parte da nossa alimentação, como por exemplo, 71,9 por cento do milho e 89,1 por cento do feijão. As grandes propriedades, com áreas superiores a 1.000 hectares, produzem basicamente a parte agrícola exportável.

Necessário se faz reconhecer, portanto, em primeiro lugar, que o grosso do crédito agrícola subsidiado não está beneficiando o setor rural como um todo, mas sim a uns poucos. Ou, mais claramente: o poder público vem entregando dinheiro da Nação a uma minoria, para que ela aumente mais e mais a extensão de suas propriedades, comprando as terras do pequeno e médio agricultor. O País financia assim, uma verdadeira reforma agrária às avessas, com o desaparecimento de dezenas de milhares de pequenos produtores rurais, persistência do êxodo, marginalização nas grandes cidades e todos os efeitos em cadeia, dos quais somos todos conhecedores.

Ainda, é do conhecimento público que os maiores beneficiários do crédito subsidiado, não são propriamente os produtores (que ganham pouco, quando ganham), nem os consumidores (que pagam muito, quando comem).

O problema é de natureza estrutural: o preço é modulado pelo titular do estoque, e no Brasil o estoque é operado pelo atacado, pelo exportador e pela indústria. O Governo prefere assumir o estoque dito regulador, que garante o preço mínimo a nível de produtor. E o preço mínimo, que deveria servir de piso, acaba se transformando em teto.

E, pior, mesmo antes de lançar mão do crédito subsidiado, o produtor já o comprometeu por antecipação, em máquinas, inseticidas, fertilizantes e outros itens sabiamente controlados pelas grandes corporações multinacionais, que sem nenhuma fiscalização cobram o que bem entendem, espoliando não apenas o produtor rural, mas toda a Nação, que drena seus recursos na forma de impostos ao desgoverno central.

Todos estes vícios, entretanto, não seriam motivo da extinção do crédito agrícola, para o qual caminhamos.

O correto, seria uma revisão completa na política de crédito rural, buscando atender um número cada vez maior de agricultores, pequenos e médios, o que se conseguiria com um volume bem menor de recursos e de subsídios. E isto poderia perfeitamente ser conseguido, se levarmos em conta que levantamentos recentes demonstram que de um milhão de contratos de empréstimos, uma parcela ínfima de apenas 3 por cento dos contratantes, abocanhava mais de 50 por cento do valor total dos financiamentos.

Não é à toa, portanto, que o próprio IBGE verificou na última década, uma violenta concentração de renda na área rural, com os 50 por cento mais pobres, que detinham 22,4 por cento, diminuíram para 14,9 por cento sua participação no total da renda agrícola nacional. E nesse mesmo período, os cinco por cento mais ricos, aumentaram sua participação de 23,7 por cento para nada menos do que 44,9 por cento do total da renda gerada no campo.

Agora, quando esperávamos que a necessidade fizesse com que nossas autoridades disciplinassem o uso do suado dinheiro público investido na agricultura, petrificados, vemos as medidas de restrição ao crédito rural. O Governo alega que precisa reduzir o seu déficit e por isso vai gastar menos. E o segredo não está em gastar menos, mas sim em gastar bem, o que até agora nossas autoridades não aprenderam a fazer.

O mais angustiante, principalmente para nós paranaenses, é que nenhuma medida séria para amenizar os efeitos da diminuição do crédito, está sendo cogitada. Vale dizer, com o propósito de gastar menos para diminuir a inflação, os tecnocratas vão mesmo é fabricar mais inflação e, comodamente instalados em seus gabinetes, pedirão novamente ao povo mais uma cota de sacrifício.

Citamos aqui um trecho do pronunciamento do ilustre Deputado Borges da Silveira, na Câmara Federal, sobre a temática em questão:

“Agora, praticamente com o processo de supressão do crédito subsidiado, o Paraná terá um corte tão profundo quanto preocupante. Se essa providência significa um grande esforço no sentido de adaptar a agricultura a um tipo de economia de mercado, não é menos certo que a retirada desse tipo de subsídio poderá anemiá-la, mais ainda, essa atividade que essencializa a vida paranaense. Entendemos que se impõe, necessariamente, a concessão de preços para os produtos agrícolas, na mesma proporção do corte do subsídio. Lamentavelmente a política federal não está procedendo à mesma compensação entre a retirada deste tipo de apoio e uma política realista, justa e tempestiva, em relação aos preços. O descompasso que existe é injusto, constituindo-se em ônus terrível ao lavrador”.

Nobres Deputados. Sem crédito e sem preço para o produto, o pequeno produtor rural transforma-se primeiro em empregado, depois em “bóia-fria” e por último, em favelado.

Convém ressaltarmos a total indiferença com que se trata o pequeno proprietário no contexto de nossa agricultura. Enquanto um enfoque constante se faz ao problema do “bóia-fria” que, sem dúvida nenhuma, merece nossa atenção e apoio, nada se faz contudo para aquele que, sem proteção, já está com um pé fora da terra, sendo conduzido, inexoravelmente, à condição de “bóia-fria” do amanhã. Sem uma política agrícola adequada, estaremos realimentando eternamente a legião de homens sem terra, sem teto e sem pão.

As medidas recentes na área agrícola vão levar a uma quebra generalizada na produção agrícola do País, uma vez que nenhum agricultor suportará os encargos do crédito rural.

Vão levar a uma escalada desenfreada nos índices inflacionários. Vão levar, afinal, ao expurgo dos índices reais, na tentativa desesperada de manipular os dados verdadeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes que o produtor rural seja arruinado, antes que a crise econômica se torne incontrolável, assumindo proporções que inviabilizem a democracia brasileira, temos que tomar partido. Antes que seja tarde.

E sugestões não faltam. Mas nos parece que a primeira delas, seria expurgar toda equipe econômica governamental; caso contrário, pagaremos um preço muito alto: o preço da inércia, frente aos descalabros da onda de incompetência que assola este País”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do tempo que lhe é destinado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do PDS já declarou, por intermédio do eminente Deputado Aírton Cordeiro, o seu integral apoio à proposta de emenda constitucional, que visa atender as justas reivindicações dos agentes do Ministério Público.

Deseja reafirmar, novamente, nesta oportunidade, o seu apoio e seu aplauso à proposta enviada a esta Casa pelo Governador do Estado, visando atender às reivindicações do Ministério Público.

Desejo também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, fazer uma apreciação a respeito da proposta do Sr. Governador do Estado, para o funcionalismo público estadual.

Recordo-me que, na ocasião em que Sua Excelência o Governador recebia a Comissão Paritária, composta por representantes do funcionalismo público estadual e de membros da administração pública, o Governador José Richa foi enfático em declarar, e os jornais noticiaram fartamente, que atendia duas grandes aspirações do funcionalismo público: o reajuste semestral e a instituição do 13o. salário.

O Governador José Richa, naquela ocasião, afirmava atender integralmente as solicitações do funcionalismo público, face à situação orçamentária.

Entretanto hoje, ao compulsar a Mensagem de Sua Excelência o Governador José Richa, nada se verifica a respeito do 13o. salário e do reajuste semestral.

Por isto, cabe à bancada do PDS denunciar o desacordo com a maneira com que o Governador José Richa vem tratando de um dos mais graves problemas da administração pública estadual, que é a valorização dos seus recursos humanos. Os Deputados do PDS consideram condenável que o Governador José Richa esteja a usar as legítimas aspirações dos servidores públicos estaduais, para atender interesses futuros de seu partido, o PMDB, propondo hoje a esta Assembléia soluções que proscritinam e que não correspondem aos compromissos assumidos para com a nobre classe do funcionalismo público estadual.

Devemos recordar que a implantação do sistema do reajuste semestral, dos vencimentos do funcionalismo e a concessão do 13o. salário aos servidores públicos, constituem avanços sociais que sempre mereceram a melhor atenção dos Deputados do PDS. E os estudos judiciosos no sentido de que sejam benefícios permanentes, e não meros instrumentos, destinados a atender interesses daqueles que desejam ver nos seus 150 mil funcionários do Estado, ativos e inativos, uma grande massa de manobra para objetivos eleitoreiros.

Não restam dúvidas que é dessa maneira que o Governador do Estado vem tratando este importante assunto. Caso contrário, teria dado outro tratamento à Mensagem que enviou a esta Casa que tomou o número 67/83.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, efetivamente reconheço até o direito que Vossa Excelência tem em protestar, porque até agora não chegou nesta Casa mensagem governamental instituindo o 13o. salário e a semestralidade.

Todavia, nobre Deputado, existem razões para que isto até agora não tenha acontecido. Em primeiro lugar, porque o Paraná é o primeiro Estado a instituir este tipo de vantagens a seus funcionários, e o Executivo está acelerando a confecção desta emenda que requer estudos técnicos acurados.

É única e exclusivamente este o motivo do retardo de não ter vindo até agora a mensagem da instituição do 13o. salário e da semestralidade.

Todavia, quer nos parecer que isto não seja tão relevante como pretende Vossa Excelência demonstrar, porque é um compromisso assumido do Executivo, e ele será, tão logo se conclua esses estudos técnicos, principalmente da Técnica Legislativa, esta mensagem será enviada à apreciação do Poder Legislativo.

Por outro lado, também não há tanta urgência disso, mesmo porque o pagamento do 13o. salário acontecerá evidentemente no segundo semestre, e o Executivo estuda se fará



o pagamento em duas parcelas ou numa única. Então, são meramente a falta desses estudos de ordem técnica que faltam ser concluídos para que seja remetida a esta Casa a mensagem do Poder Executivo, e se aceleram os estudos para que isto ocorra antes do recesso desta Assembléia Legislativa.

Era o esclarecimento que eu tinha a fazer a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência, e faço votos que realmente o Governador José Richa cumpra agora a promessa feita na véspera da eleição.

Por outro lado, Vossa Excelência sabe que alguns Estados da Federação brasileira já implantam o 13o. salário, por exemplo, o Estado de São Paulo, mas neste abono incluindo os vencimentos fixos e as vantagens percebidas pelo funcionalismo público.

Esperamos que Sua Excelência o Sr. Governador José Richa possa mandar à Assembléia Legislativa, um reajuste semestral que seja realmente aquele que os funcionários estão a cobrar: o reajuste semestral vinculado ao índice do INPC, porque de nada adiantará a Sua Excelência mandar o reajuste semestral e depois estabelecer índice, como esse que estabeleceu na atual mensagem, que não significa sequer a reposição salarial do funcionalismo público.

A par disso, gostaríamos de fazer um apelo a Vossa Excelência, para que transmita a Sua Excelência o Governador José Richa, no sentido de que o reajuste semestral seja feito na base de um índice que corresponda à defasagem salarial e que também o 13o. salário inclua, não só o vencimento fixo do funcionalismo, mas também de todas as vantagens que ele tenha.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Da reunião com a Comissão Paritária, o Governador assumiu o compromisso ao longo do curso de sua gestão, nos quatro anos, de completar a reposição da defasagem, que se chegou hoje à conclusão existir no funcionalismo do Estado, que é da ordem de 94 por cento. Então, no curso desses quatro anos, serão feitos remanejamentos e reajustes no sentido de recuperar ao funcionalismo do Estado, a defasagem atual que ele tem hoje, que foi considerado aí na ordem de aproximadamente 94 por cento.

Então, pode ter Vossa Excelência a tranqüilidade de que, diante das possibilidades, de que o Governador possa remanejar orçamentariamente, ele haverá de adequar num determinado tipo de reajuste que possibilite, no curso desses quatro anos, recuperar ao funcionalismo a defasagem que hoje se constata.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Faço votos, novamente, eminente Líder do Governo, de que realmente o Governador José Richa cumpra este novo compromisso que assumiu com o funcionalismo público, já que, neste momento, Sua Excelência não está fazendo a reposição salarial. A reposição seria da ordem de 55 por cento, e o Governador José Richa está mandando a esta Assembléia um aumento na ordem de 35 por cento. Portanto, mais vinte se somam aos 93 por cento que Vossa Excelência se refere.

A par disso, alguns outros compromissos que o Governador José Richa e o seu Partido assumiu durante a campanha, como o piso salarial para Professor PA-1, de três salários mínimos, também não foi cumprido na mensagem que o Governador encaminhou a esta Casa.

E estranho o desejo de declarar a estranheza da Bancada do PDS — porque Sua Excelência o Governador José Richa, fez um verdadeiro carnaval ao anunciar que daria o reajuste de 35 por cento e o 13o. salário e o reajuste semestral, e o que verificamos, na verdade é apenas um reajuste de 35 por cento, que

não satisfaz às aspirações do funcionalismo público estadual.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ezequias Losso. O Sr. Ezequias Losso — Nobre Líder, Vossa Excelência está abordando um assunto realmente muito importante para a estabilidade do próprio Estado do Paraná. Eis que o contingente de funcionários públicos é expressivo e está presente em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Devo manifestar uma preocupação em relação à implantação do 13o. salário e do aumento semestral. Segundo notícias que até mim chegaram, o aumento semestral e o 13o. salário acarretariam a queda de duas conquistas do funcionalismo público, a licença prêmio e a possibilidade de contagem em dobro da mesma, no caso de não ser gozada, e da possibilidade da contagem em dobro das férias não gozadas. Desta maneira, nobre Deputado, fazendo as contas, acredito que ficam “elas por elas”.

Segundo esta mesma notícia, esta decisão encontraria base no fato de existirem os celetistas que reivindicariam, hipoteticamente, esta mesma vantagem dos estatutários. Mas é preciso lembrar que os celetistas se aposentam com trinta anos de serviço, enquanto que os estatutários se aposentam com 35 anos. A situação continuaria praticamente a mesma, se fosse implantado este sistema.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — E os salários dos celetistas são bem superiores aos estatutários, no Estado do Paraná.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que o Governador José Richa está propondo é um aumento puro e simples de vencimentos, da ordem de 35 por cento a partir de 01 de julho e não a correção semestral; muito menos a implantação do benefício do 13o. salário.

Aquí, a mensagem do Sr. Governador não faz qualquer alusão, desmentindo tudo aquilo que a poderosa máquina de manipulação da opinião pública, custeada pelo dinheiro dos contribuintes do Estado, que é a comunicação social do Governo do Estado. Está alardeando a todos os cantos do Paraná, e do País, de que o Governo do PMDB no Paraná, está transferindo aos seus funcionários estas importantes conquistas sociais.

Mais uma vez estamos presenciando a manobra ardilosa da opinião pública com o PMDB tentando apresentar-se como portador, que é o dono da transferência dos benefícios sociais aos diversos segmentos da sociedade brasileira, o que não tem nenhuma identificação com a verdade.

Para corrigir esta injustiça que o Governador José Richa e o seu partido praticam contra o funcionalismo, os Deputados do PDS, através da Liderança nesta Assembléia, sugerem que o Governador do Estado envie, urgentemente, nova mensagem a esta Casa, estabelecendo uma correção semestral dos salários do funcionalismo, com base no INPC, que é a maneira correta de estender aos servidores do Estado o sistema posto em prática para as diversas categorias sociais, como forma de defender a remuneração do trabalhador contra a correção inflacionária que avassala o País.

Os Deputados do PDS manifestaram a sua firme disposição de propugnar, para que a correção dos vencimentos, com base no INPC, tenha vigência já a partir de 01 de julho deste ano. A correção com base no INPC é medida justa e já defendida nesta Casa pela atuação dos nobres Srs. Deputados Erondy Silvério, Airton Cordeiro e Odeni Mongruel, dentre outros do PDS, que em diversas oportunidades formularam proposições para o encaminhamento dessas aspirações dos trabalhadores no serviço público paranaense.

De outra parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso reclamar do Executivo as suas providências relacionadas com a concessão do 13o. salário ao funcionalismo público, pois até o momento não se tem notícias nesta Casa, de qualquer

medida ou mensagem do Executivo neste sentido. Os servidores do Estado não podem ficar mais à margem desta conquista dos trabalhadores brasileiros. Constitui até mesmo injustiça, presenciarmos que colegas de repartição não façam jus a esta gratificação, pois está a existir a discriminação entre os celetistas, que percebem o 13o salário e os estatutários que ainda não conhecem este benefício.

Acrescente-se a isso que o Estado impõe à iniciativa privada o pagamento desta gratificação e nega aos funcionários estatutários, limitando-se a um procedimento paradoxal que precisa ser imediatamente corrigido.

A correção semestral, com base no INPC e a concessão do 13o. salário aos servidores estatutários, são assuntos que não comportam quaisquer adiamentos; e estão a exigir as ações imediatas do Poder Executivo e o pronunciamento desta Casa popular.

Contudo, Sr. Presidente, nobres Deputados, já no dia 01 de julho, esta Casa deverá entrar em recesso, porém a bancada do PDS, considerando a relevância de que se revestem esses assuntos, sugere ao Sr. Governador do Estado que envie a esta Assembléia as mensagens respectivas e o pedido de convocação extraordinária de sessões, para examiná-las em profundidade. Como a convocação extraordinária implica em despesas para o Legislativo, a bancada do PDS, colaborando com a contenção de gastos, abre mão do pagamento da convocação extraordinária, a fim de questões prioritárias da administração dos recursos humanos do serviço público, possam ser examinadas analisadas e debatidas, buscando-se a mais rápida e eficiente solução no atendimento do interesse do Estado e de sua população.

Este Poder não pode ficar indiferente aos problemas que estão a enfrentar 150 mil paranaenses, esses construtores da grandeza da administração pública, aos quais devemos fazer justiça social.

**O Sr. Ferrari Júnior** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado, estranha-me a posição de Vossa Excelência.

Há dias, eminentes companheiros da Bancada do PDS manifestaram sua total solidariedade ante a posição tomada pelo Sr. Governador do Estado.

Nós estivemos agora no interior, Sr. Deputado Luiz Alberto, e os funcionários públicos estaduais estão realmente vibrando e cumprimentando o Sr. Governador do Estado, pelo aumento concedido, de 35 por cento, hem como por sua posição tomada de público, de remeter a esta Casa projeto de lei, da semestralidade e do 13o. salário.

Ora, estes funcionários esperaram, como sabe Vossa Excelência, durante 20 anos. Podem esperar evidentemente a semestralidade e o 13o. salário, que não é para hoje ou para amanhã. Podem esperar mais um pouquinho. Tática e politicamente falando, existe uma manifestação meparece, na televisão, tem um quadro cômico em que o cidadão diz: "mata o véio, mata". Quer nos parecer até que a preocupação do PDS seja, que o Governador mande em três etapas, esse benefício, que seria uma maneira de matar politicamente aqueles que fazem oposição a esta situação do Governo do Estado do Paraná.

Vinte anos se passaram, os funcionários estão recebendo benefícios. Vossa Excelência sabe, intimamente, que os benefícios virão, apenas toma uma posição política, que nos causa, sinceramente, espécie.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Eu respondo a Vossa Excelência, afirmando que os Deputados da nossa bancada que aplaudiram o gesto do Governador José Richa, o fizeram com base nas notícias que a máquina publicitária do Governo do Estado montou e que Sua Excelência o Governador José

Richa remeteria a esta Assembléia Legislativa, ainda neste período, a mensagem estabelecendo o 13o. salário e o reajuste semestral.

Entretanto, o que verificamos, o funcionalismo público, realmente está satisfeito no interior do Estado, achando que nós estamos votando a instituição do 13o. salário e o reajuste semestral, entretanto, nobre Deputado Ferrari Júnior, lamentavelmente Sua Excelência o Sr. Governador José Richa ainda não mandou a esta Casa e manda a mensagem do reajuste de 35 por cento que não satisfaz o funcionalismo público, mas vai mandar, diz o seu líder do Governo.

Entretanto, vou responder a Vossa Excelência, esta é a jogada política do Governo do Estado, Está fazendo política em relação ao funcionalismo público, é este o objetivo do Sr. José Richa.

Então, estamos a denunciar, porque vou lhe contar, já que Vossa Excelência falou, citou um quadro, vou responder com uma historinha da sabedoria popular. Há algumas pessoas que agem como pato, se mexem como pato, fazem barulho como pato e depois não querem ser considerados patos.

**O Sr. Ferrari Júnior** — Esta é a história do Denorex, parece que é, mas não é.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Que se aplica ao Governo de Vossa Excelência, parece governo, mas não é. Parece remédio, mas não é, e o Governo de Vossa Excelência é igual ao Denorex, parece governo, mas não é.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Permite um aparte, Sr. Deputado? (Assentimento) Errar é humano e perdoar é divino, Sr. Deputado, Eu fui na onda da publicidade do Governador José Richa. Pela primeira vez fui à tribuna dizer que o Governador estava certo, porque pensei que viria a mensagem do 13o. salário e da semestralidade.

Agora, errar é humano e persistir no erro é burrice. Vossa Excelência esteja certo de que haveremos de cobrar esta publicidade, que a nossa bancada não tem necessidade nenhuma, a não ser trabalhar pelo Paraná e pelo seu bem estar. Agora, se os funcionários públicos foram iludidos por uma falsa publicidade, então Vossa Excelência, como líder nosso, há de nos defender e defender principalmente o Paraná.

Agora, se os meninos querem dançar, façam o que eles quiserem, porque o funcionalismo paranaense não há de ir mais nesse engodo, porque, se for engodo, é a primeira traição ao funcionalismo, porque eles não teriam necessidade, Deputado Luiz Alberto, de dizer ao Paraná que dariam o 13o. salário, a semestralidade e o resto não tem obrigação de falar, mas depois que fala o Governador, com a responsabilidade do Estado paranaense, tem obrigação de cumprir e como sabemos que há de cumprir esta farsa.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e reafirmo o posicionamento da nossa bancada. Entendemos que homem público e honesto, não é aquele que não se locupleta com os recursos públicos, mas é também aquele que cumpre e resgata a dívida assumida na véspera da eleição, e eu faço votos para que este alerta desta tarde, realmente, não se concretize e que tenha razão o líder do Governo, e que apenas em razão de problemas burocráticos é que Sua Excelência o Governador José Richa ainda não tenha resgatado o compromisso assumido com os 150.000 funcionários públicos estaduais.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento) Louvo a Vossa Excelência, porque haverá de contribuir muito com nosso Governo, pela fiscalização implacável com que vem exercendo ao Governo.

Vossa Excelência está cobrando um compromisso de uma semana de governo e esquece, nobre Deputado, de quem ficou vinte anos no poder e não cumpriu nenhuma promessa. Foi prometido na semana passada o que o Governador disse e nessa

semana, uma semana após, Vossa Excelência vem implacavelmente exigindo.

Meus parabéns. Isso é oposição. Vossa Excelência haverá de ajudar o nosso Governo.

Agora, há um limite também de tolerância nessa implacabilidade que Vossa Excelência vem exercendo aqui. Tenha dó. É como diz o nobre colega, quer matar o velho.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Lamentavelmente o calendário de Vossa Excelência está realmente fora de órbita, porque o Governador José Richa prometeu o 13o. salário e o reajuste semestral, quando nobre Deputado? Em agosto do ano passado. Vossa Excelência mesmo, daqui desta tribuna, disse que era compromisso solene do PMDB. Há um ano Vossa Excelência vem afirmando isso. E vou responder, nós que dependemos o Governo anterior, lamentavelmente não tivemos a oportunidade de oferecer ao funcionalismo público estadual estas conquistas.

Mas, não prometemos como Vossas Excelências, na campanha eleitoral, de que traria o 13o. salário, de que faria eleição direta para diretores de estabelecimentos de ensino; que dariam à professora do nível PA-1 salário equivalente a três salários mínimos e lamentavelmente, estamos verificando com os documentos que esta Casa tem, que a promessa não se transforma em realidade. Apenas ficamos nas notícias de que o Governo José Richa vai dar o 13o salário.

E Sua Excelência o Governador José Richa foi tão enfático ao anunciar na entrevista coletiva com os presidentes de Associações de Funcionários públicos, que estavam encaminhando à Assembléia Legislativa a mensagem do 13o. salário. Por que Srs. Deputados?

Porque Sua Excelência o Governador José Richa sabia que 35 por cento não atendia às aspirações do funcionalismo público. E aí sim, criou o artifício. Um artifício para engodar o funcionalismo público estadual, para poder, aí sim...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrado o horário de Vossa Excelência, e a Mesa lhe concede um minuto para encerrar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Portanto, cobro que a missão que a urna me delegou de fazer oposição aos homens que foram pródigos em promessas eleitorais e estão sendo ávidos em cumpri-las.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1o. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

Responderam à chamada 43 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para manter contato com a Reitoria da Universidade Católica do Paraná — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

2a. DISCUSSÃO — da Proposição no. 110/82, de autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição Estadual, oriundo da proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo (Mensagem no. 133/82), e que tem o propósito de adaptar a

Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda no. 22, de 29 de junho de 1982, à Carta Magna da Nação. Com Parecer e Emenda Substitutiva daquela Comissão Especial, por unanimidade. (Os Avulsos desta Proposição foram distribuídos aos Excelentíssimos Srs. Deputados). **Aprovado, artigo por artigo, por unanimidade.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 41/83, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 55/83, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS, com sede e foro no referido município. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar no. 22/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera dispositivos da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto do Funcionalismo Público Estadual). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., e Emenda Substitutiva da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — da Proposição no. 68/83, de autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição Estadual, oriundo da proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo (Mensagem no. 65/83), que altera a redação do número 3 do Parágrafo único do Art. 26 e Arts. 57 e 58 da Carta Estadual (Estatuto do Ministério Público). Com parecer aprovado naquela Comissão Especial, por unanimidade. (Esta Proposição foi publicada em avulso, já distribuído aos Srs. Deputados). Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com grande satisfação que voto a favor desta emenda. Como todos os Srs. Deputados sabem, fui preso em pleno exercício do meu mandato; posteriormente, cassado, e ainda processado através de um IPM. O processo correu pela Justiça Federal, pela Justiça Militar onde nada se constatou sobre a minha pessoa e veio, afinal, desaguar na Justiça Estadual.

O Representante do Ministério Público Paranaense, a quem eu não conhecia, Promotor Felipe Amaury Fiorilo, a princípio, na instalação do processo, denunciou-me.

Correndo instrução criminal, Sr. Presidente, em pleno AI-5, quando imperava sobre todas as coisas o famoso Ato, o Promotor Amaury Felipe Fiorilo teve a grandeza e a independência de pedir a minha absolvição por excesso de provas de minha inocência.

Rendendo a minha homenagem ao Ministério Público Paranaense, não agora, que praticamente estamos num regime democrático, mas quando ainda não se podia pensar — nem sequer sobre a liberdade — o Ministério Público, através desse Promotor que posteriormente vim a conhecer, mostrou a sua independência.

É com grande alegria, com grande satisfação que eu voto favoravelmente a essa mensagem.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. —

**Aprovado, artigo por artigo, por unanimidade.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar no. 40/83, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que dá nova

redação ao parágrafo segundo do artigo 150, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 84/83, de autoria do Poder Executivo. (Mensagem 67/83), que aumenta em 35 por cento a partir de 01/07/83, os vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo do Estado, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno (Altera o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça). Com pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão Executiva, por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 60/83 (Mensagem 43/83, ex-Proposição 47/83), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio firmado em 14 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública com a intervenção da SUDESUL e objetivos que especificam, no Município de Foz do Iguaçu e outros, daquela região.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Requeiro verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

31 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a votação) **Aprovado, artigo por artigo,** o Projeto de Resolução no. 60/83.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 03/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que acresce inciso que especifica, o Art. 39 do Regimento Interno (Comissão de Reivindicações Populares). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão Executiva, por unanimidade. - **Aprovado. (Publicado no D.A. no. 22, de 04/04/83).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 03/83

PARECER:

O Projeto de resolução em pauta, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, acrescenta o inciso XIV ao Art. 39 do Regimento Interno desta Assembléia, criando assim a Comissão de Reivindicações Populares.

Em seu artigo 2o., o Projeto em análise regulamenta o funcionamento de nova Comissão, estabelecendo o seu campo de atuação.

No que restrita à sua constitucionalidade, não há óbice que se possa antepor.

Face ao exposto, nosso parecer é no sentido da Aprovação

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
CAÍTO QUINTANA — Relator

#### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 03/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o projeto de resolução em pauta propõe a criação, entre as Comissões Permanentes desta Casa, da Comissão de Reivindicações Populares.

O projeto, nos termos regimentais, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, onde mereceu parecer favorável.

No que respeita a esta Comissão Executiva, não vemos quaisquer óbice de natureza prática que se possa opor à criação pretendida e, inclusive, julgamos das mais meritórias a iniciativa, que abre as portas deste Poder ao povo, do qual é representante.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) NESTOR BAPTISTA — Presidente

GERNOTE KIRINUS — Primeiro Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — Segundo Secretário

Em votação o Projeto de Resolução no. 03/83. — Nenhum Sr. Deputado rejeita. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitaria que Vossa Excelência anunciasse o número de Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) 30 Srs. Deputados aprovaram, nenhum Sr. Deputado rejeita. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — **Agradeço.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 33/83, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que acresce de incisos que especifica, ao art. 39, do Regimento Interno (Comissão de Direitos Humanos). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão Executiva, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado. (Publicado no D.A. no. 44, de 09/05/83).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 33/83

PARECER:

Pretende o nobre Deputado Caíto Quintana, com o projeto do qual é autor criar na Assembléia Legislativa a Comissão de Direitos Humanos.

Na oportunidade, em sua justificativa, diz o autor, no que o apoiamos, "que uma das maiores preocupações da sociedade atual é a defesa dos direitos humanos". Com a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos, estaria a Assembléia Legislativa acompanhando assim os demais órgãos do Estado.

Do ponto de vista legal, nada há que venha a obstruir o projeto de lei em exame, razão pela qual o nosso parecer é Favorável, deixando-se a análise sobre as oportunidades do mesmo à deliberação da Douta Comissão Executiva da Casa, tendo em vista que a mesma, conforme preceitua o Art. 196 do Regimento Interno, deverá ser ouvida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

#### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 33/83

PARECER:

O projeto de resolução em análise, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem como escopo a criação, entre o elenco das Comissões Permanentes desta Assembléia, da Comissão dos Direitos Humanos.

Em obediência às disposições do Regimento Interno, foi o Projeto encaminhado a esta Comissão Executiva, para parecer.

Havendo merecido parecer favorável da C.C.J., cabe-nos opinar tão somente sobre a oportunidade da criação proposta e sobre a conveniência para o Poder Legislativo da instalação da mencionada Comissão.

Tratando-se de assunto da mais alta relevância, defendido inclusive por organizações internacionais e que vem preocupando sobremaneira a todos aqueles que propugnam uma democracia, participativa e eivada, antes de qualquer outra preocupação, de real interesse pelo bem-estar do homem da família e da sociedade, não poderia ser outro o nosso parecer, senão pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — Primeiro Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — Segundo Secretário

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eneida Mussi Ribas, ocorrido no dia 26 do corrente, nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcílio Dalton, ocorrido no dia 23 do corrente, no Município de Ubiratã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laura Hirt Ferreira, ocorrido no dia 26 de corrente, nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Sra. Secretária da Educação, pelo êxito alcançado com a eleição dos diretores dos estabelecimentos oficiais de ensino, através de listas tríplexes. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, consubstanciado em apelo, no sentido da implantação de um Distrito do DNPM, no Estado do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário do Interior encarecendo a extensão da rede de água para o bairro Portal da Foz, em Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretária da Educação, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Presidente da Comissão de Encargos Educacionais e ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1o. e 2o. Graus, encarecendo a redução no índice de aumento liberado pelo Conselho Federal de Educação, a níveis aceitáveis pela classe estudantil, bem como a que as escolas da rede privada não incluam o índice de produtividade na consideração dos novos valores a serem estabelecidos. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando o

asfaltamento da PR-471, no trecho que liga Campina da Lagoa ao Município de Guaraniaçu, passando pelas localidades de Bela Vista do Piquiri, Guaporé, Bandeira - BR-277 e finalmente Guaraniaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo alocação de verba para manutenção da segurança local, do Município de Peabiru. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando estudos para o asfaltamento da Rodovia PR-558, ligando Campo Mourão a Araruna - Terra Boa - PR-323, passando pelo Distrito de Malu, Distrito de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial do Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Não Somos Muro de Lamentações", publicado no dia 23/6/83. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Squarezzi e Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à PRB-2, Rádio Clube Paranaense, felicitando seu diretor geral e demais funcionários, pelo transcurso do quinquagésimo nono aniversário de fundação daquela emissora paranaense. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense - PRB2, pelo transcurso do seu quinquagésimo nono aniversário de fundação. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Boa Vista da Aparecida. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo inclusão no Plano de Obras Rodoviárias as estradas PR-517 (entre Andirá - Itambaracá) a Leopoldino (divisa do Estado de São Paulo; ligação ao Distrito de Congonhas, no Município de Cornélio Procopio a BR-369; Estrada Itambaracá - Porto Almeida; Estrada Itambaracá - Porto Galvão e Estrada ligando o Distrito de Nossa Senhora da Candelária a BR-369, no Município de Bandeirantes. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de que a Escola Nossa Senhora de Fátima seja mantida pelo Poder Público Estadual, no Município de Mamborê. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da área econômica, viabilizando estudos para elaboração de projeto concedendo isenção de IPI às Prefeituras Municipais, nas aquisições de máquinas pesadas. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do MEC, encarecendo a reabertura do Posto de Venda da FENAME, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, viabilizando estudos para

instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento, juizado de pequenas causas, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações referentes às atividades da CAFE DO PARANÁ e COPASA. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Senadores membros da Comissão de Segurança Nacional, encarecendo manifestação favorável à aprovação do projeto de lei que restabelece a autonomia política nos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Pérola do Oeste, Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo extensão da rede de água e esgoto ao bairro denominado Vila Paraguaia, no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação das pontes, bueiros e aterros destruídos em virtude das chuvas, no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem ao Sr. Governador do Estado, encarecendo urgência na elaboração de Mensagem do Executivo, visando reparar as injustiças que o Governo anterior cometeu contra o magistério paranaense, através da Lei no. 7208, de 15/10/79. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a leitura integral do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende.

(É lido o requerimento). Está em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça sugerindo que sejam tomadas as providências para que do anteprojeto da nova Lei da Organização e Divisão Judiciária conste a criação da Comarca de Ivaí, a ser desmembrada da Comarca de Ipiranga. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 39 Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, na qualidade de Líder do PMDB e do Governo, subscrito pelos demais Srs. Deputados da Bancada Peemedebista, constante do expediente, solicitando sejam fulcrados na ressalva constitucional do artigo 16, item VI da Carta Magna do Estado do Paraná e na forma do VII do parágrafo quarto do art. 134, do Regimento Interno, requerem a normal constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará as denún-

cias de corrupção administrativa, já apresentada à consideração da Mesa da Assembléia Legislativa.

Esta Presidência irá, para conhecimento dos Srs. Deputados, ler o que preceitua o invocado pelo requerimento.

“Inciso VI do art. 16 — Não será criada a CPI enquanto estiverem funcionando, concomitantemente, pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa”.

Nestas condições, está em votação a constituição da CPI.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que leia a justificativa do requerido.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura da justificativa.

(É lida a justificativa).

Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito de Vossa Excelência fazer a leitura do pedido da CPI em si. Porque ao que consta o Líder do PMDB apresentou uma solicitação à Assembléia Legislativa, na semana passada, através do qual ele requer a CPI.

Hoje ele traz uma justificativa judicial que embasa a solicitação de que esta Assembléia crie a sexta CPI em funcionamento nesta Casa.

Conseqüentemente, a Liderança do PDS quer saber o requerimento que ensejou o pedido desta CPI.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita do Sr. Primeiro Secretário a leitura do documento solicitada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É lido o documento).

Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência informasse ao Plenário quantos Parlamentares do PMDB encontram-se presentes, neste momento, em plenário, ou quantos não responderam à chamada nominal solicitada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa, atendendo a Questão de Ordem de Vossa Excelência, confessa que Não há como atender a sua solicitação a não ser que Vossa Excelência solicite, após a votação, nova chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência há de convir comigo, Sr. Presidente, de que o Primeiro Secretário tem a lista dos Deputados presentes e que responderam à última chamada nominal, e eu estou verificando que seis Deputados do PMDB não estão presentes à sessão. São os Deputados, eu até informo à Mesa...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informará a Vossa Excelência, segundo informação da Primeira Secretaria, com referência ao último pedido de chamada nominal.

Os que não responderam presenças: Deputados Acyr Mezzadri, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Nelson Vasconcellos e Paulo Furiatti. Estes Srs. Deputados não responderam à última chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Consulto à Mesa se o Sr. Orlando Pessuti respondeu à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Deputado Orlando Pessuti e Deputado Odeni Mongruel também não se encontravam presentes à última chamada nominal.

Está em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez as afirmações constantes em documento oficial do PMDB não correspondem à verdade. Na justificativa que o nobre Líder do Governo apresenta a esta Casa no



sentido de criar mais uma CPI, na Assembléia Legislativa. Diz Sua Excelência, categoricamente, duas inverdades: a primeira, Sr. Presidente, é que a maioria peemedebista irá instalar a CPI denominada de CPI da Corrupção, não é verdade, Sr. Presidente.

Vossa Excelência mesmo anunciou a presença no plenário de apenas 29 Deputados do PMDB. Em consequência, se o PDS quisesse evitar a aprovação nesta tarde, da CPI da chamada Corrupção, a Maioria não teria como fazê-la. Isto demonstra claramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o PMDB, que pode muito, não pode tudo, mas nós do PDS, que não tememos quaisquer investigações a respeito dos atos praticados no período administrativo passado, iremos votar favoravelmente à aprovação do requerimento da CPI.

Assim já se pronunciou na semana passada o eminente Deputado Aírton Cordeiro, e esta é a posição da bancada do PDS. O que queremos declarar ao Paraná que CPI para analisar atos de corrupção não ficará restrito apenas aos últimos três ou quatro anos; iremos analisar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todas as corrupções praticadas no Paraná ao longo dos últimos anos, e a bancada do PDS está à disposição e tem documentos, e são pilhas de documentos, inclusive alguns do atual período administrativo.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhar a Vossa Excelência uma instalação da CPI, alguns dados a respeito da Secretaria da Indústria e do Comércio que paga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 350 mil cruzeiros por mês, através do SENDI, para três funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, que são, pasmem ao mesmo tempo os funcionários encarregados de analisar, de acompanhar um contrato entre o Sr. Francisco Simeão Neto, através da Madeireira Verona, com a Companhia Vale do Rio Doce.

Estes dados, a par de outros que estamos começando a coletar, também serão objetos de análise da CPI da chamada corrupção. Vamos ver inclusive Deputados que não paga a conta no BADEP e que está em execução judicial. Vamos analisar aqueles homens interligados e sócios de altas personalidades do Governo, que têm financiamentos e que estão executados em quantias superiores a 300 milhões de cruzeiros do BADEP.

Não tememos portanto, a CPI. Não quebramos nenhum acordo de cavalheiros, porque acordo de cavalheiros e tradição no Parlamento significam que o Partido Majoritário tem a Presidência ou o Relator, e quanto é requerido pelo Partido Minoritário, a Assembléia nos últimos anos deu sempre a Presidência ao PMDB. Lamentavelmente na CPI que requeremos para analisar a demissão, a perseguição do funcionalismo público, o Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, não concordou que o Presidente da CPI das demissões fosse um parlamentar do PDS. Assim, o PDS não procede em outros Estados onde tem a maioria, como é o caso de Pernambuco, Santa Catarina. E assim o PDS não procedeu no passado, entregando a presidência das CPIs aos Deputados do PMDB que a requereram.

Portanto, nos acusem de falta de ética ou de quebra de nossa palavra, porque isto foi promovido pelo Líder do Governo que evitou que a CPI das Comissões tivesse um Presidente do nosso Partido.

Não tememos um julgamento desta Assembléia ou de qualquer outro órgão encarregado de analisar. Nós também queremos descobrir as corrupções no Paraná, Sr. Presidente. Estaremos atuantes e vigilantes para que a CPI realmente produza os seus efeitos. O que não admitimos é que seja uma intimidatória fachada a CPI solicitada.

Por isto, com o voto da Minoria, a CPI será instalada hoje, para analisar a corrupção no Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Apenas para registrar que o Deputado Francisco Escorsin foi eleito para Segundo Secretário da Casa, e entre suas atribuições está a de assentar-se à Mesa da Assembléia Legislativa para dirigir os trabalhos, e nesta tarde Sua Excelência está ausente e é integrante da Bancada do PDS. E se isto acontecesse por obrigação sua, porque é o representante do PDS na Mesa da Assembléia Legislativa, a Casa teria o número regulamentar para funcionar com a presença dos 28 Srs. Deputados do PMDB que estão na Casa. Já que a presença indispensável do Líder do PDS daria o número de 30 Srs. Deputados.

E para dizer, Sr. Presidente, como foi dito no Pequeno Expediente quando se deu um voto de pesar, a pessoa falecida era parente dos Srs. Deputados Furiatti e Baggio, que por si só explicam as suas ausências em plenária. Os Deputados Nelson Vasconcellos e Ervin Bonkoski encontram-se adoentados e apenas a ausência dos companheiros Acir Mezzadri e Orlando Pessutti que estão viajando.

Mas, se for desafio do Líder do PDS, nós retiramos a bancada e traremos aqui a maioria suficiente e necessária para aprovar esse requerimento. Porque, Sr. Presidente, quero, para que conste dos Anais da Casa, ler a ata da bancada do PMDB do dia 09 de março de 1983, num trecho que foi consignado esta ata e foi aprovada.

“Ficou estabelecido que até o dia 16 do corrente deverá estar escolhido o Presidente destas Comissões. Ficando encarregado para a coordenação, o Deputado José Antônio Fonseca.

Como segundo assunto da pauta dos trabalhos, abordou-se o problema da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo feito um esclarecimento por parte do Líder da Bancada do PMDB, de que podem funcionar até 5 CPIs, concomitantemente. E que por uma questão de praxe nesta Casa, serão concedidas duas, para o PDS, os pedidos de CPIs, devem passar pelo crivo da Bancada do PMDB; quanto ao problema da Presidência Vice e Relator da CPI, após amplas discussões, será discutido pela bancada do PMDB, quando da sua criação e quanto ao número de seus componentes”.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para ressaltar, esta Liderança, que no início da legislatura havia combinado isto com o nobre e eminente Líder do PDS de que o PDS teria, por ser minoria nesta Casa, a propositura de suas CPIs, e o PMDB, por ser maioria, de 3 CPIs.

Porisso, conforme foi decidido em nossa bancada, caberia a discussão de cada caso concreto, a bancada me autorizaria se nós daríamos presidência ou relator ao PDS. Quanto à CPI do funcionalismo, não houve ainda um pronunciamento por parte da nossa bancada.

74/NEO/J

Portanto, não venha o Líder do PDS, eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, querer dizer que fomos nós que infringimos esta quebra de protocolo. A quebra se verificou nesta última terça-feira, quando, acodadamente o PDS entrou com dois pedidos, para conseguir atingir o número de 5 CPIs, que podem funcionar na Casa.

Mas se o nobre Líder do PDS mantiver o seu desafio de pé, porque acho que aqui deve imperar a harmonia, e a CPI da corrupção, que não é nossa, deve ser do Parlamento — não me sinto diminuído, nem contrariado ou incoerente, ao ter o voto do PDS porque essa CPI para funcionar vai precisar da presença legítima, diga-se de passagem, do PDS, para que esta CPI seja imparcial e seja justiceira.

Portanto, Sr. Presidente, é o esclarecimento que queremos fazer. Mas, se o PDS acha que não conseguimos número, conforme todo esse expediente ao que o Sr. Líder do PDS procurou fazer aqui para constar de que o PMDB não tem hoje número suficiente para aprovar esta CPI, nós, Sr. Presidente, nos retiraremos do plenário e viremos aqui com o número suficiente para aprovar esta CPI.

Fica portanto o desafio, se o eminente Líder do PDS acha que os Deputados não compareceram aqui hoje é porque não desejam fazê-lo, eu vou provar a ele de que não vieram aqui hoje porque estão impedidos. Razões superiores como as que mostramos, não permitiram que os nossos Deputados aqui comparecessem. Era este o esclarecimento que queria fazer à Casa. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, é o recurso que uso para responder ao Deputado Nilso Sguarezí. E o faço, nobre Deputado Sguarezí para dizer que a Bancada do PDS não veio aqui para aceitar o desafio de ninguém veio para trabalhar pelo povo do Paraná. E tem feito isto, tanto que tem votado favoravelmente inclusive emendas constitucionais que beneficiam a valorosa classe dos Promotores Públicos...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa lamenta interrompê-lo, mas dentro de uma questão de ordem que Vossa Excelência solicita e para fazer um novo encaminhamento, o Regimento não me permite concedê-lo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Então solicito a Vossa Excelência, que me inscreva para discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE — Não há discussão sobre esta matéria. Estamos em fase de votação. Se no entanto algum Sr. Deputado desejar fazê-lo, como encaminhamento de votação, está em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, por unanimidade do Plenário.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 22, 40 e 84/83. e dos Projetos de Resolução nos. 05 e 60/83.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 03 e 33/83. Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO TRAJANO BASTOS, EM SESSÃO DO DIA 27 DE JUNHO DE 1983.

#### “NÃO SOMOS MURO DE LAMENTAÇÕES”

*Não temos vocação para Jó. Não nos socorre a condição arquétipa de quem, biblicamente, deixa-se cair de joelhos à beira da estrada, rasga as vestes, recobre sua cabeça com as cinzas sem vida e arranha o peito na busca da dor capaz de cobrir aquela, muito pior, que nos vem da consciência. O Paraná, não é nada disso. Somos até mesmo, orgulhosos. Orgulhosos em demasia, vitimados, talvez, pela síndrome do final da década dos 40 e início do decênio 50, quando explodíamos riqueza cafeeira e autodenominávamos o Norte estadual como um novo “El Dorado”. Fizemos o Centro Cívico e não construímos a “Rodovia do Café”, quase perdendo, ao tempo, o setentrão paranaense com o movimento até armado - além de perigosamente político - da criação do “Estado do Paranapanema”.*

*Com o ciclo das fortes formações de geadas sobre os milhões de pés de café - riqueza de nossa riqueza agrícola - e, pior que isto, o confisco, a política de erradicação que protegeu, financeiramente e por meio do IBC, São Paulo, Minas Gerais e até a Bahia, deixamos de realizar uma renovação no parque cafeeiro de um Estado que, na média brasileira dos últimos quinze anos, foi a que apresentou o maior índice de produção do “ouro verde”. Fomos para as culturas extensivas, agravando o êxodo, gerando “bóias-frias”, vítimas de uma política econômica de valorização dos insumos e dos preços das máquinas, jugulados por preços descapitalizantes do esforço do lavrador. Mesmo assim, o Paraná é, nestes tempos, o titular de uma esplêndida contribuição de quase 40 por cento da produção agrícola brasileira.*

*Agora, a Assembléia, num excelente e aglutinante esforço de concentração do espírito paranista, diante dos prejuízos de 120 bilhões de cruzeiros, 97,5 bilhões de perdas na agricultura e 23 bilhões de estragos nas rodovias e quedas de pontes — convocou vozes e, principalmente idéias, para que buscássemos um norte de recuperação. O episódio desta semana no “Dezenove de Dezembro” marcou gesto vertical dos deputados e de figuras do Executivo. Mais importante porém, foi a decisão que nos venceu a nós mesmos, no tolo orgulho de não pedir — porque somos um Estado rico” e — tão pior ainda, de sair das prisões psicológicas de nossa timidez. Decidimos no que o Paraná tem de maior relevo nas suas atuais lideranças políticas, ir à Medina. Fugimos dessa Meca de pequenas lutas intestinas e fizemos uma verdadeira Hégira, buscando não a salvação por um diálogo administrativo imprescindível com o Governo Federal, mas conscientes de que o Paraná precisa já e agora, os meios que o Brasil nos deve para que o auxiliemos. Temos insistido muito numa frase que já cunhamos diante da emoção e da inteligência paranaense: precisamos lutar para “ter o Paraná que o Brasil nos deve”. Deve-nos pela nossa cópia agrícola abundante, pelo nosso nível de contribuição em trabalho, em divisas, em ordem para o desenvolvimento. Quando as chuvas estragaram nossas estradas e as perdas agrícolas se elevam tão desmesuradamente, é preciso que se nos dê o Paraná que o Brasil nos é devedor.*

*Nestas horas, o Sr. Cloraldino Severo, gaúcho que exerce o Ministério dos Transportes, que ainda recentemente inaugurou em seus pagos um projeto de arborização de rodovias do Rio Grande, vem para ver a situação da malha rodoviária federal no Paraná. O quadro paranaense não carece agora de quase superfluidade desse pormenor paisagístico. Precisamos, isto sim, é de recomposição do leito asfáltico, recuperação das pontes, de melhorias nas estradas, para que fluam, por elas, os quase 40 por cento do que produzimos para o Brasil também e principalmente.*

*O balanço dos prejuízos que tivemos por “acidentalidade” reuniu-nos no Legislativo, não num Muro de Lamentações e nem somos Jó, protótipo do desespero. Estamos indo, e agressivamente e sem timidez, todos nós, na porfia de ter o que se nos devem, sem o que o Paraná pode faltar — ai dos tecnocratas de Brasília — ao próprio País.”*